



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 069

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE AGOSTO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

**MENSAGEM Nº 017/2004**

Curitiba, 04 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter, por intermédio de V. Exa., à elevada deliberação dessa ilustre Assembléia, nova Proposta de Emenda à Constituição do Estado, em

substituição à Mensagem nº 005/2004, que altera a redação final do inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná, bem como a redação do *caput* e do parágrafo 2º, do artigo 56 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A proposta objetiva, além do aperfeiçoamento do texto constitucional que trata da Procuradoria Geral do Estado, transferir para a referida instituição, de forma gradual e segura, as atribuições atualmente exercidas pelos integrantes da Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná nos órgãos jurídicos do Poder Executivo, no âmbito da administração direta, bem como das entidades autárquicas e fundações públicas, com exceção das universidades públicas, extinguindo-se, na vacância, os cargos e funções que constituem a sobredita carreira especial de advogado.

Estabelece, ademais, outros instrumentos para que se alcance a desejável atuação uniforme e coordenada de toda a Administração em matéria jurídica, inclusive por parte dos demais entes descentralizados, sob orientação da Procuradoria Geral do Estado.

Expostos, assim, os motivos que determinaram a apresentação da proposta, que se reveste de inegável interesse público, submeto o assunto a essa Casa de Leis.

Reitero a V. Exa. os protestos de minha alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

**SÚMULA:**

Altera a redação do inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná, bem como a redação do *caput* e do artigo 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 53, VIII, da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - a representação judicial e extrajudicial do Estado, a consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo, no âmbito da administração direta, bem como das fundações públicas e das autarquias estaduais, exceto as universidades públicas estaduais;”

Art. 2º - O *caput* e o parágrafo 2º do artigo 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56 - O assessoramento jurídico nos Poderes Legislativos e Judiciário será prestado pelos atuais ocupantes de cargos e empregos públicos de advogado,

assessor e assistente jurídico que, nos respectivos Poderes, integrarão carreiras especiais.”

“§ 2º - A Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná entra em processo de extinção, assegurando-se aos seus atuais titulares o exercício das atribuições respectivas, bem como a ascensão funcional, nos termos da legislação em vigor, sendo que os cargos vagos, a que não concorram candidatos à sua ocupação por promoção, serão acrescidos ao quadro da carreira de Procuradores do Estado, e distribuídos entre as classes desta carreira, na forma de lei complementar.”

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Governador:

Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de V. Exa. nova Proposta de Emenda à Constituição do Estado, em substituição à Mensagem nº 005/2004, encaminhada em 17 de fevereiro do corrente ano à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, retirada em face dos motivos relatados no ofício datado de 29.06.2004.

Referida Proposta de Emenda Constitucional visa, como já mencionado anteriormente, permitir à Procuradoria Geral do Estado a assunção das atribuições atualmente desempenhadas pelos integrantes da Carreira Especial de Advogados nos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas estaduais, quais sejam, a representação judicial e o assessoramento jurídico dessas entidades de direito público interno, integrantes da Administração Indireta.

A par desse objetivo primordial, de elevado interesse público, pois importará na unificação da advocacia das entidades públicas da Administração Estadual e racionalização dos recursos humanos e materiais nela empregados, a medida prevê mecanismos que assegura à Procuradoria Geral do Estado operar no sentido de conquistar uma atuação uniforme e coordenada por parte dos órgãos jurídico de todas as demais entidades da Administração Indireta, respeitada a autonomia que lhes confere a lei.

Para tanto, busca-se o aprimoramento do texto que estabelece o regramento constitucional da Procuradoria Geral, destacando-se, portanto, a alteração de redação do inciso I, do artigo 124, da Constituição do Estado do Paraná, e ainda a alteração da redação do *caput* e do parágrafo 2º, do artigo 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que propiciará a almejada uniformização da atuação judicial de toda a administração pública, direta e indireta, entendendo-se autarquias e fundações, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Expostas, assim, em linhas gerais, as razões determinantes da medida, submeto o assunto à deliberação de V. Exa., com proposta de encaminhamento à Assembléia Legislativa.

Curitiba, 02.08.2004.

(a) SERGIO BOTTO DE LACERDA  
Procurador Geral do Estado

## À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 018/2004

Curitiba, 04 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que, nos termos do artigo 27, inciso IX, da Carta Estadual, visa estabelecer os casos de contratação de pessoal, por tempo indeterminado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica.

O Plano de Lei Complementar consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, com participação da Procuradoria Geral do Estado e, quando adotado, virá proporcionar meios legais a fim de que a Administração Estadual possa, em caso de comprovada necessidade, contar com pessoal para laborar em trabalho temporário, para solução de situações de emergências, tais como situações de calamidade pública; surtos epidêmicos; necessidades inadiáveis do ensino, saúde, atendimentos de safras agrícolas; conservação da malha rodoviária, além de outras situações consideradas de urgência e de gravidade.

A Procuradoria Geral do Estado, analisando a matéria, proferiu Parecer sob nº 464/2003, do qual, segue adiante transcrito, trecho que muito bem justifica a conveniência e oportunidade da medida legal em referência:

“O anteprojeto de lei em questão segue os moldes da Lei Federal nº 8745/93, alterada pela Lei nº 9849/99, que dispõe sobre a contratação temporária para os servidores da União. E, tanto na esfera federal quanto na estadual, é cristalino que a contratação temporária configura regime próprio, distinto do celetista e do estatutário.

Esse é o entendimento consagrado por esta Procuradoria, consoante Pareceres nºs 115/2002, 91/95, 45/95 e 111/2003. Neste último consta:

“Os servidores contratados nestas condições ficarão submetidos a um regime especial, eis que não se confundem com os servidores públicos *stricto sensu*, nem mesmo com os empregados públicos submetidos ao regime celetista. Sendo assim, não integram a categoria dos estatutários nem sobre eles se impõe o regime contratual, pois prestam serviço ao Estado em derivação de um ato especial e tipicamente administrativo”.

“As contratações reiteradas pela Administração Pública com fundamento no regime laboral são ilegais e têm sido declaradas nulas pelos tribunais trabalhistas, o que vem em evidente prejuízo à Administração Pública e aos próprios contratados, somando-se a estes aspectos a inegável afronta à legalidade”.

Nesses termos, especial atenção desperta o parágrafo único do artigo 1º, ao determinar que “as contratações a que se refere o *caput* deste artigo dar-se-ão

sob a forma de contrato administrativo”. O termo “contrato administrativo”, embora com o objetivo de destacar que não se trata do regime celetista ou do estatutário, pode ensejar contradições, já que as contratações públicas regem-se pela Lei nº 8666/93. Ademais, de contrato propriamente dito não se trata, uma vez que há a subordinação do empregado ao regime instituído pelo empregador.

Mais adequado, portanto, que o parágrafo único disponha que as contratações ocorram sob a forma de ato administrativo de competência do Chefe do Executivo.

Quanto às situações de excepcional interesse público elencadas no artigo 2º, segue-se o padrão determinado pela Lei Federal nº 8745/93. Todavia, como já apontamos no Parecer nº 91/95 da PGE, a legislação não é capaz de exaurir todas as possibilidades em que se faz imperiosa a contratação temporária. Assim, com o objetivo de evitar a expedição de outros diplomas legislativos, entendemos pertinente o acréscimo de determinação genérica, no artigo 2º, permitindo ao Sr. Governador do Estado analisar uma situação distinta daquelas enumeradas pela Lei Complementar, desde que presentes a excepcionalidade, a temporariedade, a necessidade do serviço e a urgência.

Os demais dispositivos do Anteprojeto detalham adequadamente os prazos de contratação, a necessária fundamentação do pedido de contratação temporária, a remuneração, a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos, os direitos e deveres do contrato e os motivos que ensejam a rescisão do contrato. Conhecido desta forma, o Anteprojeto cumpre sua função de orientar as respectivas Secretarias Estaduais a procederem à contratação de temporários de acordo com os ditames legais.

Ainda, quanto à vigência da Lei Estadual nº 9198/90 até a promulgação do projeto sob análise, cumpre destacar que no sistema jurídico pátrio a Lei Ordinária pode fazer às vezes de Lei Complementar exigida posteriormente. Assim, ocorre, por exemplo, com o Código Tributário Nacional, Lei nº 5172/66, acolhido pela Constituição Federal de 1988 com status de Lei Complementar. Em seu aspecto formal, permanece como lei ordinária, porém, materialmente, é reconhecida como complementar, só podendo ser alterada por lei deste mesmo naipe.

Portanto, a Lei nº 9198/90, até que seja promulgada a lei complementar sobre a matéria, é a norma vigente, devendo ser aplicada às contratações já efetuadas, no que não contrariar o disposto na Constituição Estadual.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previstos nesta lei.

Parágrafo Único - As contratações a que se referem o *caput* deste artigo dar-se-ão sob a forma de contrato de regime especial.

Art. 2º - Consideram-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado que visam:

I - atender à situação de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - promover campanhas de saúde pública;

IV - atender às necessidades relacionadas com o plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safras agrícolas;

V - admitir pesquisador e professor visitante e/ou estrangeiro;

VI - atender ao suprimento de docentes na rede estadual de ensino e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior;

VII - atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública;

VIII - manter e conservar a malha rodoviária estadual, realizar serviços emergenciais nas rodovias federais e municipais, bem como operar máquinas e equipamentos de transporte de pessoas e cargas;

IX - realizar pesquisas estatísticas de campos;

X - realizar atividade de vigilância e inspeção, relacionada à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana, bem como realizar a defesa e proteção ambiental através do fomento, execução de obras, fiscalização e monitoramento;

XI - atender às necessidades relacionadas ao segmento de pesquisa agropecuário que se relaciona a trabalho de campo. Entende-se por trabalhos de campo: preparo do solo, capina, plantio, aplicação de defensivos e corretivos, tratamentos culturais, seleção, avaliação, cruzamento de plantas, testes de vigor, colheita da área agrícola, cruzamento, avaliação, nutrição, manejo, fertilidade, vacinação, inseminação, controle de doenças do rebanho animal;

XII - manter a normalização da prestação de serviços públicos essenciais à comunidade, quando da ausência coletiva dos servidores públicos, paralisação ou suspensão das atividades, por prazo superior a 10 (dez) dias, e em quantitativo limitado ao número de servidores que aderirem ao movimento.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo poderá autorizar contratações sob o regime especial

desde que comprovada a excepcionalidade, a temporariedade, a necessidade do serviço e a urgência.

Art. 3º - A contratação de professor a que se refere o inciso VI do artigo 2º será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira decorrente de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas.

Parágrafo Único - As contratações de professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição.

Art. 4º - O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público.

§ 1º - Os aprovados deverão apresentar atestado de saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o apto para o exercício da função, objeto da contratação.

§ 2º - A contratação parta atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo.

§ 3º - Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional), na situação prevista no inciso V, do artigo 2º, mediante a apresentação do título/diploma expedido por Universidade de Ensino Superior devidamente credenciada é apta a tal, conforme legislação para a matéria.

§ 4º - A definição de processo seletivo simplificado deverá ser regulamentada, por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei.

Art. 5º - As contratações serão feitas por tempo determinado, observando-se os seguintes prazos:

I - seis meses, no caso dos incisos I e II do artigo 2º;

II - doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do artigo 2º;

III - três meses, no caso do inciso XII do artigo 2º.

§ 1º - Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual.

§ 2º - As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização governamental, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do termo final de vigência do contrato e ple-

namente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta lei.

Art. 6º - As contratações na forma da presente lei somente poderão ser feitas com estrita observância do artigo 137 da Constituição Estadual e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - As contratações deverão ser solicitadas pelos Secretários de Estado, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contendo:

I - justificativa pormenorizada sobre a necessidade da contratação nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual;

II - caracterização da temporariedade do serviço a ser executado nos termos desta lei;

III - peculiaridades relativas às funções a serem exercidas pelos contratados na forma desta lei, como a carga horária semanal ou número de horas/aulas, salário e/ou remuneração, local da prestação do serviço e possíveis necessidades de deslocamento da sede e necessidade de pagamento de gratificações decorrentes da natureza da atividade a ser desenvolvida;

IV - a estimativa de custos da contratação, a origem e a disponibilidade dos recursos financeiros e orçamentários necessários às contratações;

V - pronunciamentos das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil da Governadoria:

a) a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência emitirá informações técnicas sobre a função a ser desenvolvida, salário e/ou remuneração, bem como sobre a necessidade da contratação dentro do previsto na presente lei;

b) a Secretaria de Estado da Fazenda emitirá informação sobre o impacto financeiro das solicitações, bem como sobre a disponibilidade financeira de recursos para a realização das contratações solicitadas, em obediência às disposições constitucionais;

c) a Secretaria de Estado do Planejamento emitirá informações quanto ao Orçamento e Programação.

§ 2º - Os órgãos ou entidades contratantes deverão encaminhar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência relatório pormenorizado das contratações efetivadas para controle da aplicação do disposto nesta lei e da força de trabalho.

Art. 7º - É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual.

§ 1º - Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, a contratação para as funções de professor nas Instituições Estaduais de Ensino e do Quadro Próprio do Magistério, respeitadas as disposições dos incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 2º - Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do

contratado, inclusive em solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado, desde que apurada a concorrência deste.

Art. 8º - A remuneração do pessoal contratado, nos termos desta lei, será fixada:

I - nos casos do inciso V, do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição e nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II - nos casos dos incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração inicial constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenham funções semelhantes, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho;

III - no caso dos incisos IV, IX, XI do artigo 2º, o valor da remuneração poderá ser fixada por unidade produzida, desde que não extrapole o teto fixado pelo inciso II deste artigo.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 9º - O pessoal contratado nos termos desta lei fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.

Art. 10 - Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta lei os seguintes direitos:

I - os arrolados no artigo 34 da Constituição Estadual, exceto o previsto nos incisos XVII, IXI e XX;

II - auxílio-alimentação, na forma da lei;

III - vale-transporte, na forma da lei;

IV - afastamentos decorrentes de:

a) casamento até 5 (cinco) dias;

b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão até 5 (cinco) dias;

V - licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral;

VI - direito de petição na formação prevista pelos artigos 261 a 263 da Lei nº 6.174/70.

Art. 11 - O direito de requerer prescreve nos prazos previstos no artigo 265 da Lei nº 6.174/70.

Art. 12 - São deveres dos contratados, na forma da presente lei, os incisos I a XV e XVII do artigo 279, da Lei nº 6.174/70.

Art. 13 - Ao contratado na forma da presente lei é vedada a prática de atos previstos nos incisos II a XXI do artigo 285, da Lei nº 6.174/70.

Art. 14 - O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser novamente contratado com fundamento nesta lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento do contrato anterior.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 15 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas mediante averiguação sumaríssima apurada pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, assegurando-lhe a defesa.

Art. 16 - O contrato na forma da presente lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, aplicando-se aos contratados na forma da presente lei as prescrições do artigo 287 e seu parágrafo 2º e artigo 290, da Lei nº 6.174/70.

Art. 17 - Os contratados na forma desta lei sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

II - repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;

III - rescisão da contratação, nos termos desta lei, no caso de incidência de qualquer das hipóteses previstas no inciso V do artigo 293, da Lei nº 6.174/70.

§ 1º - É motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a ausência ao serviço por mais de 3 (três) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.

§ 2º - É também motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a nomeação ou designação do contrato, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.

§ 3º - Em caso de afastamento a que se referem os incisos IV e V do artigo 10 da presente lei, os contratados deverão apresentar justificativa ao órgão com antecedência mínima de 24 horas nos casos previstos na alínea "a", do inciso IV e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, nas situações previstas no inciso V e na alínea "b" do inciso IV do artigo 10, sob pena de rescisão contratual na forma do parágrafo anterior.

Art. 18 - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º - A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado, de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.

Art. 19 - As contratações para atender à necessidade temporária do excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivadas anteriormente à publicação desta lei, terão 120 (cento e vinte) dias para se adequarem a este regime especial.

Parágrafo Único - Ficam mantidas as contratações previstas no inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivamente e autorizadas em exercícios anteriores, que ainda se encontram em vigência, até o término do prazo estipulado.

Art. 20 - Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro nos termos do inciso III do artigo 75 da Constituição Estadual.

Art. 21 - A contratação nos termos desta lei não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público estadual.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 349 e parágrafos, das Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 019/2004

Curitiba, 04 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sabáudia, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 12.658, de 18 de agosto de 1999, terreno de 1.738,90m<sup>2</sup>, parte de área maior com 13.200,00m<sup>2</sup>, na localidade denominada Patrimônio Sabáudia, no Município do mesmo nome, compostas pelas datas de terras nºs 11 a 25 e 30, Quadra 7, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 8.790, Livro 3/H, do 1º Serviço Registral de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

O plano de lei em referência consulta, sem qualquer sombra de dúvida, aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, na área a ser doada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sabáudia irá instalar a escola para “Portadores de Necessidades Especiais”, por ela mantida e que vem funcionando precariamente em salas cedidas pela prefeitura, as quais, muito pequenas, não oferecem o mínimo conforto aos alunos, professores e funcionários da entidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Sabáudia, terrenos de 2.738,90m<sup>2</sup>, parte de área maior com 13.200,00m<sup>2</sup>, na localidade denominada Patrimônio Sabáudia, no Município do mesmo nome, composta pelas datas de terras sob nºs 11 a 25 e 30, Quadra 7, conforme Transcrição das Transmissões nº 8.790, Livro 3/H do 1º Serviço Registral de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas.

Art. 2º - A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, pela APAE de Sabáudia, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º - As providências e custas com o respectivo desmembramento dessa área de 2.738,90m<sup>2</sup> correrão por conta da Donatária.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

Sob os nºs 577 e 677/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a Entidade - Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 265/2004, do Sr. Paulo Roberto Teixeira Guerra, Gerente da GTES/GEFIN/GF, comunicando que o BNDS efetuou, no dia 27/07/2004, liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do

contrato nº 2222441, no valor de R\$ 236.208,41. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1446/2004, do Sr. José Lincoln Daemon, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte, comunicando convênio celebrado com o Estado do Paraná, por intermédio do Paraná Esporte, com o objetivo de implantação de núcleos de funcionamento de esporte do Programa Segundo Tempo no Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 258/2004

Curitiba, 30 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa., para submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa, o anexo documento que trata de alterações no Quadro de Pessoal deste Tribunal.

As modificações propostas, Sr. Presidente, têm como finalidade ajustar a estrutura funcional e permitir maior operacionalidade, rapidez e resultado nas questões atinentes ao controle do Poder Público.

Nos últimos tempos, as significativas alterações inseridas no texto constitucional e na legislação ordinária, especialmente aquelas trazidas recentemente pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aumentaram substancialmente os serviços desta Casa e estão exigindo avanços nas técnicas até então adotadas.

Mesmo diante desta realidade, torna-se relevante destacar que a presente proposta está revestida de equivalência e compatibilidade, não representando impacto orçamentário não contemplado na legislação.

Este Tribunal vem imprimindo ampla reforma em seu sistema fiscalizador, treinando servidores e agentes públicos, do Estado e Municípios, editando publicações técnicas, desenvolvendo programas avançados de tecnologia da informação, tudo sem aumento de gastos, os quais estão rigorosamente dentro dos patamares do planejamento aprovado.

Neste sentido, o pleito tem fundamento alicerçado na necessidade de pequena redefinição no conteúdo de alguns cargos, indispensável para a execução das responsabilidades controladoras cometidas a esta instituição.

Por oportuno, é relevante colocar em linha de destaque que a proposta não cria novos cargos e tem por objetivo fundamental dar maior consistência ao que já é executado, ajustando-se, igualmente, a situações com traços de similitude já existentes no âmbito do Poder Público do Paraná.

Certo de que a reivindicação merecerá a acolhida dessa Casa de Leis, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu respeito.

Cordialmente,

(a) HENRIQUE NAIGEBORN  
Presidente do Tribunal de Contas

## QUADRO EFETIVO

Art. 1º - Os valores atualmente percebidos pelos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a título de gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de gratificação pela prestação de serviço extraordinário, de adicionais trienais e de gratificação de produtividade, ficam incorporados ao respectivo vencimento básico.

Art. 2º - O percentual pago a título de verba de representação, calculado sobre o vencimento básico, fica reduzido a 75% (setenta e cinco por cento), aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo, grupo ocupacional de atividades de assessoramento de nível superior, aos consultores jurídicos e aos consultores técnicos de nível universitário e 40% (quarenta por cento), para o cargo de taquígrafo, sendo recompostos gradativamente por ato do Presidente do Tribunal de Contas aos níveis fixados no artigo 4º e parágrafo único da Lei nº 9.436, de 09 de novembro de 1990.

Art. 3º - A gratificação pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ser concedida aos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivo do Tribunal de Contas, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 4º - O vencimento básico dos cargos de Consultor Técnico e de Consultor Jurídico é fixado na forma do anexo III.

Parágrafo Único - Aos servidores mencionados no *caput* deste artigo fica assegurada, a partir desta lei, a percepção dos adicionais previstos nos artigos 170 e 171 da Lei nº 6174/70.

Art. 5º - O anexo I da Lei nº 13.902, de 05 de dezembro de 2002, referente a cargos e provimento efetivo, grupo ocupacional de atividades de assessoramento de nível superior e o anexo I da Lei nº 13.435, de 09 de janeiro de 2002, referente a cargo de provimento efetivo, grupo ocupacional de atividades de apoio técnico e administrativo e o anexo II da Lei nº 12.344, de 26 de outubro de 1998, passam a vigorar nos termos dos anexos desta lei.

Art. 6º - O artigo 3º da Lei nº 9.436, de 9 de novembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação: "Os atuais cargos efetivos de Consultor Técnico, ocupados por bacharéis em Direito, ficam transformados em cargos de Consultor jurídico, mantidos os seus atuais ocupantes."

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000.



Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de vigência da Emenda Constitucional nº 41.

**ANEXO I**  
**DESLOCAMENTO NA CARREIRA**  
**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

<b>GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESSORIA DE NÍVEL SUPERIOR</b>		
	<b>INICIAL</b>	<b>FINAL</b>
Analista de Sistema	E01	G11
Assessor de Engenharia	E01	G11
Assessor Jurídico	E01	G11
Técnico de Controle Administrativo	E01	G11
Técnico de Controle Contábil	E01	G11
Técnico de Controle Econômico	E01	G11
Técnico de Controle Atuarial	E01	G11
Assessor de Comunicação	D01	F10
Bibliotecário	D01	F10
Revisor Assistente	D01	F10
Médico	D01	F10
Odontólogo	D01	F10
Psicólogo	D01	F10
Assistente Social	D01	F10
<b>GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO</b>		
	<b>INICIAL</b>	<b>FINAL</b>
Auxiliar Administrativo	A01	C06
Auxiliar de Controle	A09	D02
Datilógrafo	A05	C10
Motorista	A01	C01
Oficial de Controle	B01	D09
Programador Analista	C01	E11
Taquígrafo	D01	F05

**ANEXO II**  
**CARGOS PROVIMENTO EFETIVO**  
**NÍVEIS DE VENCIMENTO**

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>
<b>1</b>	1.344,00	1.575,86	1.847,71	2.166,45	2.540,15	2.978,22	3.491,88
<b>2</b>	1.363,58	1.598,80	1.874,63	2.198,01	2.577,16	3.021,62	3.535,27
<b>3</b>	1.383,45	1.622,09	1.901,94	2.230,05	2.614,71	3.065,66	3.579,29
<b>4</b>	1.403,61	1.645,73	1.929,65	2.262,54	2.652,81	3.110,32	3.623,95
<b>5</b>	1.424,06	1.669,71	1.957,77	2.295,52	2.691,44	3.155,62	3.669,27
<b>6</b>	1.444,81	1.694,05	1.986,29	2.328,97	2.730,66	3.201,60	3.715,25
<b>7</b>	1.465,86	1.718,74	2.015,23	2.362,90	2.770,44	3.248,23	3.761,92
<b>8</b>	1.487,22	1.743,80	2.044,62	2.397,35	2.810,81	3.295,56	3.809,24
<b>9</b>	1.508,92	1.769,23	2.074,43	2.432,28	2.851,76	3.343,58	3.857,24
<b>10</b>	1.530,90	1.795,00	2.104,65	2.467,72	2.893,31	3.392,29	3.905,95
<b>11</b>	1.553,21	1.821,16	2.135,32	2.503,70	2.935,45	3.441,72	3.955,38

**ANEXO III**

Consultor Técnico	6.215,00
Consultor Jurídico	6.215,00

<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>			<b>SITUAÇÃO PROPOSTA</b>		
<b>CARGOS EM COMISSÃO</b>			<b>CARGOS EM COMISSÃO</b>		
<b>Grupo Ocupacional I: Direção e Assessoramento</b>			<b>Grupo Ocupacional I: Direção e Assessoramento</b>		
<b>Nº de Cargo</b>	<b>Categorias Funcionais</b>	<b>Símbolo</b>	<b>Nº de Cargo</b>	<b>Categorias Funcionais</b>	<b>Símbolo</b>
1	Diretor-Geral	DAS-1	1	Diretor-Geral	DAS-1
1	Coordenador Geral	DAS-1	1	Coordenador Geral	DAS-1
10	Diretor	DAS-2	10	Diretor	DAS-2
6	Inspetor de Controle	DAS-2	6	Inspetor de Controle	DAS-2
7	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	7	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
7	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	7	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
6	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2	6	Assessor de Planejamento de Inspeção	DAS-2
1	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	1	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
1	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	1	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
1	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	1	Secretário Especial da Presidência	DAS-2

1	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2	1	Assessor de Planejamento da Presidência	DAS-2
1	Assessor Parlamentar	DAS-2	1	Assessor Parlamentar	DAS-2
1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2	1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2
1	Assessor de Planejamento da I.G.C.	DAS-2	1	Assessor de Planejamento da I.G.C.	DAS-2
1	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2	1	Assistente Administrativo da Presidência	DAS-2
1	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	1	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
4	Coordenador	DAS-3	4	Coordenador	DAS-3
1	Assessor de Planejamento da Diretoria Geral	DAS-3	1	Assessor de Planejamento da Diretoria Geral	DAS-3
1	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	1	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
4	Assessor Jurídico	DAS-3	4	Assessor Jurídico	DAS-3
7	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3	7	Assessor Administrativo de Conselheiro	DAS-3
1	Assessor Jurídico da Corregedoria-Geral	DAS-3	1	Assessor Jurídico da Corregedoria-Geral	DAS-3
1	Assessor Jurídico do Conselho Superior	DAS-3	1	Assessor Jurídico do Conselho Superior	DAS-3
2	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3	2	Assessor Administrativo da Procuradoria Geral	DAS-3
1	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4	1	Assessor Técnico da Coordenadoria Geral	DAS-4
7	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	7	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
1	Secretário de Sessão	DAS-5	1	Secretário de Sessão	DAS-5
1	Assessor de Gabinete de Auditoria	DAS-5	1	Assessor de Gabinete de Auditoria	DAS-5
1	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	1	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
7	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C	7	Oficial de Gabinete de Conselheiro	1-C
7	Auxiliar de Controle Externo	1-C	7	Auxiliar de Controle Externo	1-C
1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C	1	Assessor Técnico da Diretoria Geral	1-C
1	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	1	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C
6	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	6	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
1	Assessor de Gabinete da Corregedoria-Geral	1-C	1	Assessor de Gabinete da Corregedoria-Geral	1-C
1	Oficial de Gabinete da Corregedoria-Geral	1-C	1	Oficial de Gabinete da Corregedoria-Geral	1-C
1	Assessor Técnico do Conselho Superior	1-C	1	Assessor Técnico do Conselho Superior	1-C
1	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	1	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
1	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C	1	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C
7	Assistente Técnico de ICE	2-C	7	Assistente Técnico de ICE	2-C
7	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C	7	Auxiliar de Gabinete de Conselheiro	2-C
6	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C	6	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C
2	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C	2	Oficial de Gabinete da Diretoria Geral	2-C
1	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C	1	Auxiliar de Gabinete da Presidência	2-C
1	Auxiliar de Diretoria	2-C	1	Auxiliar de Diretoria	2-C
1	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C	1	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C

1	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	1	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
7	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	7	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
1	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C	1	Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral	3-C

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARGOS EFETIVOS			CARGOS EFETIVOS		
<b>Grupo Ocupacional II: Atividades de Consultoria e Assessoramento Especial</b>			<b>Grupo Ocupacional II: Atividades de Consultoria e Assessoramento Especial</b>		
Nº de Car-gos	Categorias Funcionais	Símbolo	Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Símbolo
10	Consultor Jurídico		10	Consultor Jurídico	
37	Consultor Técnico	CT-1	37	Consultor Técnico	CT-1

<b>Grupo Ocupacional III: Atividades e Assessoramento de Nível SuperiorI</b>			<b>Grupo Ocupacional III: Atividades e Assessoramento de Nível SuperiorI</b>		
Nº de Car-gos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref	Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref
108	Técnico de Controle Contábil	TCC-E01 a TCC-G11	108	Técnico de Controle Contábil	TCC-E01 a TCC-G11
48	Técnico de Controle Econômico	TCE-E01 a TCE-G11	48	Técnico de Controle Econômico	TCE-E01 a TCE-G11
37	Técnico de Controle Administrativo	TCA-E01 a TCA-G11	37	Técnico de Controle Administrativo	TCA-E01 a TCA-G11
02	Técnico de Controle Atuarial	TCA-E01 a TCA-G11	2	Técnico de Controle Atuarial	TCA-E01 a TCA-G11
73	Assessor Jurídico	AJ-E1 a AJ-G11	73	Assessor Jurídico	AJ-E1 a AJ-G11
24	Assessor de Engenharia	AE-E01 a AE-G11	24	Assessor de Engenharia	AE-E01 a AE-G11
22	Analista de Sistemas	AS-E01 a AS-G11	22	Analista de Sistemas	AS-E01 a AS-G11

<b>Grupo Ocupacional IV: Atividades Diversas de Nível Superior</b>			<b>Grupo Ocupacional IV: Atividades Diversas de Nível Superior</b>		
Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref	Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref
02	Assessor de Comunicação	AC-D01 a AC-F10	02	Assessor de Comunicação	AC-D01 a AC-F10
03	Assistente Social	AS0-D01 a ASO-F10	03	Assistente Social	AS0-D01 a ASO-F10
14	Revisor Assistente	RA-D01 a RA-F10	14	Revisor Assistente	RA-D01 a RA-F10
04	Bibliotecário	BB-D01 a BB-F10	04	Bibliotecário	BB-D01 a BB-F10
03	Médico	MD-D01 a MD-F10	03	Médico	MD-D01 a MD-F10
03	Odontólogo	OD-D01 a OD-F10	03	Odontólogo	OD-D01 a OD-F10
04	Psicólogo	PS-D01 a PS-F10	04	Psicólogo	PS-D01 a PS-F10

<b>Grupo Ocupacional V: Atividades de Apoio Técnico, Administrativo e de Controle - Escolaridade 2º Grau</b>			<b>Grupo Ocupacional V: Atividades de Apoio Técnico, Administrativo e de Controle - Escolaridade 2º Grau</b>		
Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref	Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref
07	Taquígrafo	TQ-D01 a TQ-F5	07	Taquígrafo	TQ-D01 a TQ-F5

14	Programador Analista	PA-C01 A PA-E11	14	Programador Analista	PA-C01 A PA-E11
97	Oficial de Controle	OC-B01 a OC-D09	97	Oficial de Controle	OC-B01 a OCD09
17	Datilógrafo	DT-A05 a DT-C10	17	Datilógrafo	DT-A05 a DT-C10
<b>Grupo Ocupacional VI: Atividades de Apoio Administrativo</b>			<b>Grupo Ocupacional VI: Atividades de Apoio Administrativo</b>		
Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref	Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Código/Nível/Ref
01	Auxiliar de Controle	AC-A09 a AC-D02	01	Auxiliar de Controle	AC-A09 a AC-D02
03	Auxiliar Administrativo	AD-A01 a AD-C06	03	Auxiliar Administrativo	AD-A01 a AD-C06
13	Motorista	MT-A09 a MT-C01	13	Motorista	MT-A09 a MT-C01

**JUSTIFICATIVA:**

O presente documento tem por objetivo estruturar a composição salarial do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Paraná e, rigorosamente com base na Constituição, promover os ajustes necessários na fixação dos vencimentos para cargos iguais ou assemelhados.

Na atualidade, em face de recomposições efetuadas pelos demais Poderes do Estado, ocorreu significativa defasagem na tabela de vencimentos do quadro de pessoal efetivo desta Corte, acompanhada da ausência de uniformidade na composição salarial dos cargos de Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

Nesse sentido, a situação ora proposta, totalmente desvinculada de imediatismo oportunistas de alterações estruturais, pretende, basicamente, o seguinte:

a) Incorporação das Gratificações concedidas na forma estatutária com base no artigo 172 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, Lei nº 6174/70 a saber:

- Pela prestação de serviço extraordinário;
- Pela prestação de serviço em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE);

b) Incorporação da verba de produtividade e dos triênios, vantagens de caráter pessoal que integraram os proventos de inatividade e, atualmente, para casos remanescentes da atividade.

c) Correção da tabela de vencimentos tendo em vista as alterações salariais decorrentes de reestruturação promovidas pelos demais Poderes, a saber:

- Implantação do novo quadro do Executivo, que promoveu reajustes diferenciados aos seus servidores, através da classificação do novo quadro;

- Alteração na Tabela de Vencimentos do Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada - Concede 30,74% sobre Tabelas salariais (Lei nº 13.572, de 03/06/2002);

- Incorporação TIDE - Ministério Público (Lei nº 13.615, de 13/06/2002);

- Instituição da Gratificação Especial de Produtividade dos Servidores do Ministério Público, extensiva às aposentadorias (Inicial de 30% sobre o vencimento básico para o quadro ativo, com variação de 10 a 60% após regulamentação interna, e de 10% às aposentadorias e pensões existentes) - Lei Estadual nº 13.665, de 04/07/2002.

- Organização e Atribuições da carreira de Auditor Fiscal da Coordenação da Receita Federal do Estado (LC 9205/07/2002);

- Instituição da Carreira de Agentes Fazendário Estadual - AFE pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA) e a Coordenação da Receita do Estado (CREA) (Lei Estadual nº 13.803 de 23/09/2002).

d) Uniformidade dos vencimentos dos cargos de Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

- A proposta atual restaura a paridade dos vencimentos dos dois cargos, mediante:

- Fixação de vencimento único para cargos iguais e assemelhados;

- Incorporação do TIDE e dos Triênios;

- Verba de representação fixada em percentual único.

e) redução de representação para efeitos de viabilização do projeto, visto que, a única deficiência está no limite orçamentário, havendo disponibilidade nos limites com despesas de pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estando este Tribunal devidamente adequado aos limites impostos legalmente para as despesas de pessoal.

É importante destacar que a proposta alcançará todos os servidores desta Casa, ativos e inativos, e não cria qualquer fato remuneratório novo, corporificando, tão somente, situação consentânea com modificações já operadas por outros segmentos do Poder Público e atualizando a estrutura funcional deste Tribunal.

De outro lado, cabe colocar em linha de relevo que a proposta decorreu de estudos de viabilidade econômica e financeira, da consideração dos parâmetros de gastos totais de pessoal e da expectativa de comportamento da Receita Líquida, fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda. Além disso, os impactos projetados demonstram cabalmente a viabilidade da proposta e atendem às exigências da Lei da Responsabilidade Fiscal, especialmente o contido nos artigos 16, 17 e 42, a saber:

Artigo 16, parágrafo 1º: “Para fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que

somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para exercício.”

Artigo 17, parágrafo 1º: “Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do parágrafo 1, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.”

Isso tudo exposto, espera este Tribunal a aprovação da proposta em comento, em se considerando sua transcendência para o melhor equacionamento do Quadro de Pessoal desta Instituição de controle governamental.

OFÍCIO Nº 1482

Curitiba, 11 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar a V. Exa. o anteprojeto de lei que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.171/95, e dá outras providências, cujo teor trata da remuneração do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, elevando à apreciação desta augusta Assembléia Legislativa para adequação aos comandos constitucionais vigentes e invocados na justificativa apresentada em anexo.

Ao ensejo renovo a V. Exa. expressões de especial apreço e estima pessoal.

(a) MILTON RIQUELME DE MACEDO

Procurador Geral de Justiça

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná é fixado em R\$4.732,91 (quatro mil setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

§ 1º - A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a do Procurador-Geral da República, observada, sempre, a graduação do artigo 47, da Lei Federal nº 8625/93, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei.

§ 2º - O abono referido nas Leis nºs 9655/98 e 10.474/2002, aplicado ao Ministério Público Estadual pela Resolução nº 07/2003 da Procuradoria-Geral de Justiça, possui caráter indenizatório, nos termos da Resolução nº 245/2002 do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de agosto de 2004.

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 11.171/95, de 06 de setembro de 1995, base jurídica da remuneração dos membros do Ministério Público Estadual, em seu artigo 1º, parágrafo único, dispõe:

“A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a do Procurador-Geral da República, observada, sempre, a graduação do artigo 47, da Lei Federal nº 8625/93, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei”.

A limitação imposta ao Procurador de Justiça foi alterada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que estabeleceu diversas modificações na administração pública, como por exemplo, o teto remuneratório, consoante nova redação dada aos artigos 37, inciso XI, e 93, inciso V, da Constituição da República.

No entanto, a Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, ao dar nova redação ao inciso XI, do artigo 37, da Carta Magna, fixou novo teto às remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores públicos, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados, os subsídios do Procurador da Justiça foram limitados a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, do Procurador-Geral da República.

Por outro lado, o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 41/2003 estabeleceu que, até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o artigo 37, XI, da Constituição Federal, será considerado para fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço.

Assim, a supracitada legislação estadual está a merecer adequação à Constituição da República, impondo que seja alterada para recepcionar o novo critério estabelecido pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

O artigo 96, inciso II, letra b, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, dispõe “...cabe aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo... (b) a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver”.

Em cumprimento a tais dispositivos constitucionais, que devem ser recepcionados pela legislação estadual e em homenagem ao princípio federativo, o Ministério Público do Estado do Paraná encaminha a essa augusta Assembléia Legislativa o presente anteprojeto de lei, que tem como finalidade alterar a Lei Estadual nº 11.171/95, adequando-a aos comandos constitucionais em vigor.

**Indicações:****INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de Líder da Bancada do PDT, com assento nesta Casa de Leis, indico o ilustre Deputado Neivo Beraldin, para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

Líder do PDT

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem INDICAR o Deputado Pedro Ivo Ilkiv para compor a Comissão Especial de Investigação para investigar OSCIPs e ONGs.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Líder da Bancada do PT

**INDICAÇÃO Nº 024/2004**

Ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a transferência do Município de Fênix da Comarca de Engenheiro Beltrão para a Comarca de Barbosa Ferraz.

II - A proposta baseia-se nos anseios do povo barbosense e solidários à população de Fênix, incluindo as autoridades constituídas, que apóiam a antiga reivindicação desses municípios, tendo em vista que a distância entre os Municípios de Fênix e Barbosa Ferraz é de apenas 13 quilômetros, enquanto que para Engenheiro Beltrão a distância é de 43 quilômetros.

III - Informamos, também, que a comunidade de Fênix é atendida pelas instituições como a COPEL, SANEPAR, CIRETRAN, Banco do Brasil e outras, em Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 1351**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 1353**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

**REQUERIMENTO Nº 1348**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 141/2004 e 199/2004 que dispõem sobre aproveitamento de alimentos não consumidos.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 1320**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o uso do horário no Grande Expediente no dia 17 de agosto do corrente para ouvir representantes do Fórum em Defesa do Patrimônio Público.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) TADEU VENERI

**REQUERIMENTO Nº 1346**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 30 de agosto, para pronunciamento da APP-Sindicato.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 1343**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Vitalina Traiano, ocorrido dia 10/08/2004, em Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Dr. Luciano Ducci, Marcos Isfer, Neivo Beraldin e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Aos 83 anos de idade, faleceu em 10/08/2004, em Francisco Beltrão, a Sra. Vitalina Traiano, que era viúva

de Vitório Traiano. Deixou 08 filhos, dentre eles o Deputado Ademar Traiano. Deixou ainda, 43 netos e 25 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Dona Vitalina era pessoa bem relacionada e estimada por todos que a conheciam a quem sempre dedicava atenção e carinho.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos familiares de Dona Vitalina encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Traiano, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de louvor, aplauso e congratulação ao Meritíssimo Desembargador Dr. Celso Rotoli de Macedo pelos esforços somados para a consolidação da fusão dos Tribunais de Justiça e de Alçada, conforme emenda constitucional aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal - e que deverá ser acatada em plenário - demonstrando a participação decisiva do Paraná nesta vitoriosa iniciativa.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Juízes e Desembargadores estão comemorando a participação decisiva do Paraná na fusão dos Tribunais de Justiça e de Alçada. De acordo com emenda constitucional aprovada na semana passada no Senado Federal, por unanimidade, o Paraná ficará com um único Tribunal com cinquenta Desembargadores do Tribunal de Justiça e mais setenta do Tribunal de Alçada, que corresponde ao atual número de juízes da instituição.

Aliás, esta proposta é defendida por magistrados paranaenses desde 1997. Uma emenda constitucional, estabelecendo a unificação dos Tribunais, chegou a ser apresentada em novembro de 2002, pelo Desembargador Dr. Celso Rotoli de Macedo e recebeu apoio de 19 Desembargadores, mas não foi acatada na época, apesar da batalha travada a favor da fusão. Agora, os defensores da extinção do Tribunal de Alçada e da incorporação ao Tribunal de Justiça comemoram a mudança na Constitu-

ção que está prestes a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Vale destacar também o trabalho político de Deputados do Paraná para aprovação da emenda. Assim como foi decisiva a Bancada do PMDB, que através de seu Líder Deputado José Borba, ajudou a convencer as outras lideranças governistas sobre a importância da proposta ser discutida e aprovada. E nestas rodadas de negociação, a presença marcante do conjunto dos magistrados do Paraná, em especial do Desembargador Dr. Celso Rotoli de Macedo.

Na prática, a fusão vai representar economia, porque haverá um único Presidente e Vice-Presidente e uma só administração, com isto cortando gastos. Outra vantagem é que acabarão os conflitos de competência entre os Tribunais do mesmo Estado. Atualmente, os processos são julgados na medida em que chegam aos Tribunais e ficam na fila de espera por aproximadamente três meses. Em alguns casos, somente depois desse prazo verifica-se que o tema não é de competência de um tribunal e o processo é encaminhado a outro Tribunal.

Para o Judiciário brasileiro, a emenda constitucional 29/2000 representa avanços históricos que vai agilizar a Justiça em todos os sentidos. Se aprovada pelo Plenário do Senado Federal, o que deverá acontecer, a emenda constitucional estabelece, conforme seu artigo 41, que ficam extintos os Tribunais de Alçada, onde houver, passando seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitando a antiguidade e a classe de origem".

No seu parágrafo único dispõe: "no prazo de 180 dias, contados da promulgação da emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração judiciária correspondente, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas, e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário Estadual".

Enfim, esta comemoração da participação decisiva do Paraná na fusão dos Tribunais de Justiça e de Alçada, deve ser creditada em especial ao Desembargador Dr. Celso Rotoli de Macedo.

#### REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 1º Sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Luis Marques Modesto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO



**REQUERIMENTO Nº 1324**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 2º Sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Osmar Carolino da Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1325**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Cabo do 5º Batalhão da Polícia Militar, Rubens José Pereira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1326**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Carlos Marinho Ferreira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1327**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 2º Sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Osvaldo Alves Filho.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1328**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Aparecido Pires Rodrigues.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1329**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Edson Marques dos Santos.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1330**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 1º Tenente do 5º Batalhão da Polícia Militar, Gustavo Batista Hauenstein.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1331**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Capitão do 5º Batalhão da Polícia Militar, Antonio Carlos Campos Júnior.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1332**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Edinei de Oliveira Mercer.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Eduardo Galdino da Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 3º Sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Hélio Aparecido de Souza.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, José Luiz dos Reis.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 3º Sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Paulo Sérgio Queiroz de Aguiar.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Soldado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Sérgio Fontanetti.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao 3º Sargento do 5º Batalhão da Polícia Militar, Daniel Minzoni Cavalari.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao CECA - Centro de Educação Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina.

A referida homenagem se deve pela comemoração dos 30 anos de fundação do curso de Jornalismo na referida entidade.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Goioerê pela passagem, na data de hoje, de seus 49 anos de criação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo Sr. Dr. Antonio Bernardino de Sena Neto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Paulo Vicente Calisto, bem como a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Goioerê.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA

É com muito orgulho que toda a população do Município de Goioerê estará comemorando festivamente a passagem dos 49 anos de sua criação, nesta data, 10.08.04.

Vejamos a seguir um pouco de sua história:

Em 1943 os irmãos Francisco, Carlos e Wladimir Scarpari se estabeleceram de forma pioneira às margens do Rio Goioerê, fundado ali as primeiras fazendas de café.

Embalados pelas notícias do surgimento de inúmeras cidades, que da noite para o dia prosperavam, os irmãos Scarpari optaram por um novo empreendimento, a Imobiliária Sociedade de Goioerê, com o objetivo de fundar uma cidade em suas terras.

As primeiras famílias a adquirirem lotes e a se fixarem foram as de Júlio de Castilhos que fundaram a primeira hospedagem, José Robleski e os irmãos Agostinho.

Iniciada a urbanização do povoado em 1953, já o ano seguinte o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário, com território pertencente ao Município de Campo Mourão. Pela Lei Estadual nº 48, de 10 de agosto de 1955, foi criado o Município de Goioerê, com território desmembrado de Campos Mourão. A instalação deu-se a 14 de dezembro de 1956, sendo primeiro Prefeito o Sr. Francisco Scarpari.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em cumprimentar o Exmo. Sr. Prefeito Antonio Bernardino de Sena Neto, o Vice-Prefeito, Paulo Vicente Calisto e os Exmos Srs. Vereadores.

O Prefeito Antonio Sena vem administrando com eficiência o Município através de um trabalho sério e honesto, contando sempre com apoio também de seus munícipes, e com absoluta segurança.

Praticar a política, a sã política, é abraçar o sacrifício. Para tanto, são requeridos daquele que a ela se entrega, qualidades incomuns de coragem e abnegação aliados a uma inteligência esclarecida e conhecimento profundo dos problemas sociais e administrativos do

Município, como aconteceu e acontece com Goioerê para felicidade do seu povo.

Nesta ocasião do transcurso do 49 aniversário da criação do Município de Goioerê prestamos nossa homenagem aos administradores de todos os tempos sempre preocupados com o bem-estar da população, formulando votos de prosperidade e que continuem produzindo os frutos almejados.

#### REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão de voto de congratulações à Associação Comercial do Paraná pela posse da diretoria gestão 2004/2006, no dia 09 de agosto. Seja da nova Diretoria, na pessoa do Presidente, empresário, Cláudio Gomes Slaviero, dos empresários Vice-Presidente: Virgílio Moreira Filho, Antonio João Monteiro Azevedo, Cesar Luiz Gonçalves, Élcio Henrique Coninck Ribeiro, Luiz Alberto de Paula César, Bernadete Zagonel, Eduardo Christiano Aichinger, Alexsander André Teixeira, Jaime Sunye Neto, Gabriel Veiga Ribeiro, Arnaldo Luiz Miró Rebello, Benedito Kubrusly Júnior, Estefano Ulandowski, Luiz Alberto de Castro Wille, José Eliseu Galva, Edmundo Kusters, Valquiria Mac-Dowell, Avani Tortato Slomp Rodrigues, Gustavo Adolfo Silva de Paula, Luiz Salvador Gnoatto, Antonio Miguel Espolador Neto, Evelyn Cotait Nascimento, Paulo Cavalcanti Vanhazbrouck, Luiz Antonio Sebben, bem como à antiga diretoria, na pessoa do empresário Marcos Domakoski e seus companheiros.

Seja este voto encaminhado à Associação Comercial do Paraná, Rua XV de novembro, 621 - CEP 801020-925 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, vinculada à SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para que informe esta casa de Leis sobre:

1 - número de amostras coletadas e fornecidas para classificação e respectivo peso dos seguintes produtos: soja, feijão, trigo, arroz, milho e algodão, nos anos de 2002, 2003 e 2004;

2 - informar a destinação e receita auferida dos respectivos produtos.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 1341

O Deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da multa aplicada à ex-Secretária da Educação Alcyone Saliba por ter realizados gastos de 61 milhões de reais no Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

Senhor Presidente:

- Especificar as despesas realizadas que totalizaram os 61 milhões de reais.

- As contas da Secretaria Estadual da Educação do mesmo período já foram analisadas por este Tribunal? Em caso afirmativo, foram consideradas regulares?

Além destas há outras despesas realizadas pela então Secretaria que se encontram sob investigação deste Tribunal?

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O Pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Em 05 de agosto de 2004 o jornal Gazeta do Paraná divulgou que o Tribunal de Contas do Paraná aplicou a multa de 610 mil reais por ter realizado gastos com o Paranaeducação sem ter apresentado os comprovantes. As informações a respeito dos gastos irregulares são de interesse dos Legisladores Estaduais.

#### REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana, informar, relativamente as últimas 3 (três) viagens do Sr. Governador à Argentina:

1 - Quais as datas de ida e retorno de cada uma das viagens?

2 - Quais os integrantes de cada comitiva?

3 - Quais hotéis hospedaram o Governador e respectiva comitiva em cada uma das viagens?

4 - Informar quais os assuntos que motivaram as viagens e quais os compromissos oficiais cumpridos.

5 - Relacionar os nomes dos empresários e das autoridades locais (parlamentares, membros da administração e outros) que recepcionaram o Governador e/ou comitiva, nas viagens em questão.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 292/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica permitida a transferência de créditos do ICMS a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais, ambos classificados na posição 04.07 da TIPI, para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva.

Art. 2º - Não é cabível o estorno de crédito do imposto relativo às mercadorias beneficiadas com isenção prevista nesta lei.

Art. 3º - Para efeitos da presente lei, consideram-se insumos e instalações:

a) ração, sais minerais e mineralizados, concentrados, suplementos e demais alimentos para animais, combustíveis, energia elétrica e telefone;

b) vacinas, soros e medicamentos de uso veterinário;

c) gaiolas e galpões.

Art. 4º - O produtor poderá transferir 100% (cem por cento) do crédito das aquisições de que trata o artigo anterior ao contribuinte inscrito no ICMS, nas hipóteses em que seja responsável pelo pagamento do imposto, na qualidade de substituto tributário.

Parágrafo Único - Para se beneficiar do crédito dessas aquisições, os produtores rurais deverão recolher, do montante a ser transferido, 6% (seis por cento), sendo 4% (quatro por cento) para a Secretaria Municipal de Educação do Município do produtor rural a ser beneficiado e 2% (dois por cento) para a Associação Paranaense de Avicultura (APAVI) ou seu sucedâneo.

Art. 5º - Para usufruir dos benefícios desta lei, o maquinário ou o implemento agrícola adquirido pelo avicultor rural deverá ser mantido sob sua posse pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, não podendo este aliená-lo sob condição alguma.

Parágrafo Único - No caso de não cumprimento do disposto neste artigo, deverá ser recolhido, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor do crédito fiscal transferido com os acréscimos legais, contando o prazo desde a data da

ocorrência da alienação. O referido recolhimento deve ser feito por meio de guia específica.

Art. 6º - A apropriação de crédito relativo a mercadorias destinadas a uso ou consumo do estabelecimento será admitida somente em relação às entradas ocorridas retroativas a 5 (cinco) anos a partir da aprovação desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data da publicação desta lei.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Os produtores rurais de ovos, devido à competitividade do mercado, são obrigados, e disso não podem abrir mão, de investir e automatizar sua atividade. Contudo, a crise econômica atual que passa o nosso Estado e o nosso País tem inviabilizado os investimentos necessários para tal fim.

O Brasil tem um dos índices mais baixos de consumo *per capita*, ou seja, 130 ovos por habitante, muito inferior a países como o Japão (346 ovos), Taiwan (342 ovos), China (301 ovos) e EUA (258 ovos).

Hoje a atividade emprega, aproximadamente, 2500 trabalhadores diretos, com certeza, se conseguirmos aumentar o consumo *per capita*, através de dados científicos da importância nutricional do ovo para a formação e a manutenção da saúde, teremos mais empregos e geração de mais riqueza no Estado e no Brasil. O Estado de São Paulo já beneficiou, através de lei estadual, o mecanismo aqui proposto por nós, através deste projeto de lei.

O presente projeto de lei se aprovado, significará certamente uma eficiente norma legal, capaz de promover a modernização e expansão da estrutura produtiva. E principalmente, igualará as condições entre avicultores rurais paranaenses com os paulistas, para que aqueles possam competir de maneira equitativa com estes no mercado nacional.

Esta lei, com certeza, significará a instituição de uma eficiente norma legal, justa e capaz de promover a modernização e expansão da estrutura produtiva.

PROJETO DE LEI Nº 293/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Operária Imaculada Conceição de Cascavel/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Operária da Imaculada Conceição, presta atendimento às crianças carentes do Município de Cascavel.

Como suas principais atividades, destaca-se a luta pelo aperfeiçoamento da fé religiosa entre os fiéis, e a prestação permanente de serviços sem qualquer discriminação.

Destaca-se ainda por promover a educação moral, divulgando o cultivo dos atos e ofícios domésticos entre a comunidade.

Finalmente, a Associação Operária da Imaculada Conceição, cumpre sua missão, fundando instituições assistenciais e educacionais (escolas, creches), além de outras atividades de grande interesse social para a comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 294/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima, com sede no Distrito de Papanduva de Cima e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima, fundada em 26 de novembro de 1989, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, de caráter beneficente, assistencial, sem fins lucrativos e tem como objetivos principais: promover o desenvolvimento da região através da realização de obras e ações, representar a comunidade no atendimento das reivindicações da comunidade, promover o associativismo entre todas as comunidades, sem distinção de classes, proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas, conscientizar a comunidade de suas potencialidades levando-a a responder seus anseios.

Diante o exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Papanduva de Cima, do Município de Prudentópolis.

PROJETO DE LEI Nº 295/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada “Governador Leonel Brizola” a Rodovia PR-469, que liga o Município de Pato Branco, Município de Itapejara d’Oeste, Município de Verê e Município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

### JUSTIFICATIVA:

Leonel Brizola faleceu no último dia 21 de junho, causando grande comoção nacional em consequência de sua admirável trajetória sempre marcada por amor à Pátria, bravura cívica e coerência histórica.

Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha (RS), antes pertencente ao Município de Passo Fundo e hoje a Carazinho. Filho mais novo de agricultores, quando tinha apenas um ano, seu pai, o lavrador José de Oliveira Brizola, morreu numa emboscada na Revolução Federalista de 1923, quando lutava nas tropas de Joaquim Francisco de Assis Brasil, liderado por Leonel Rocha.

Alfabetizado por sua mãe, Onívia de Moura Brizola, iniciou seus estudos na escola primária de Passo Fundo em 1931. Em 1936 matriculou-se no Instituto Agrícola de Viamão, formando-se técnico em 1939. Em 1940 mudou-se para Porto Alegre, onde concluiu o supletivo e trabalhou como funcionário público na Prefeitura da Capital. Formou-se em engenharia civil na Universidade do Rio Grande do Sul, em 1949.

Simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, integrando o primeiro núcleo gaúcho do novo partido. Em 1947, ainda estudante do curso de engenharia, elegeu-se Deputado Estadual, com participação decisiva na elaboração da Constituição gaúcha, que instituiu o regime parlamentarista no Estado.

Em 1º de março de 1950, tendo como padrinho Getúlio Vargas, casa-se com Neusa Goulart, irmã de seu colega de Bancada, João Goulart, a quem conhecera como militantes do PTB em Porto Alegre. Dessa união de muito amor, que durou 43 anos até a morte de Neusa, nasceram três filhos: Neusinha, José Vicente e João Otávio.

Em outubro de 1950 reelegeu-se Deputado Estadual, assumindo a Liderança da Bancada e firmando-se como uma das mais expressivas lideranças políticas do PTB na Assembléia Legislativa; em 1952, convidado pelo Governador Ernesto Dornelles, também do PTB, assume a Secretaria de Obras idealizando e executando inúmeras obras de relevante importância para o Estado, como a construção de grande número de Escolas Públicas, pois acreditava que o futuro da nação dependia do aprimoramento do conhecimento de seu povo.

No pleito de 1954, elege-se Deputado Federal com a maior votação registrada até então no Estado do Rio

Grande do Sul, tornando-se um dos mais duros adversários dos setores retrógrafos e golpistas. Contesta Carlos Lacerda, já no ato de juramento deste, ao apartear disse: “este vai ser um juramento falso, Sr. Presidente, porque ele está pregando o golpe lá fora e vem jurar a Constituição aqui dentro”. Foi um dos parlamentares que mais lutou pelo cumprimento da Constituição e, em especial, do calendário eleitoral tendo contribuído para a posse de Jucelino e Jango, respectivamente Presidente e Vice.

Eleito Prefeito de Porto Alegre em 1955, sua gestão foi marcada pelo trabalho incansável na área da educação pública, criando o slogan “nenhuma criança sem escola”. A nova experiência administrativa bem sucedida, na terceira maior Cidade do País à época, reforçou a sua marca empreendedora, dando continuidade na Capital ao projeto iniciado em sua passagem pela Secretaria de Obras do Governo Estadual.

Em 1958 elegeu-se Governador do Rio Grande do Sul, aos 36 anos, com amplo respaldo popular, obtendo mais de 670 mil votos. Realiza histórica administração, instituindo a Caixa Econômica Estadual e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que incrementou amplas políticas de desenvolvimento dos três Estados do Sul. Cria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (GRA), entregando 14 mil títulos a agricultores sem terra e dando início à conscientização da justa distribuição de terras para incremento da economia e geração de empregos no campo.

Conclui nesse mandato o programa iniciado antes como Secretário realizando o maior investimento em educação pública, com a construção de 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios. Como resultado, são abertas 700 mil novas matrículas e contratados 42 mil novos professores, eliminando o déficit escolar.

No plano político inicia seu governo queimando os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), eliminando a máquina existente de repressão no interior da administração pública. Introduz um programa rádio-telefônico semanal, pioneiro no País, todas as sextas-feiras à noite, de prestação de contas e esclarecimentos sobre a administração estadual.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, Brizola inicia e coordena o movimento da Legalidade, sustando o plano que visa o impedimento da posse do Vice-Presidente Constitucional, João Goulart, em ação política inédita que garantiu o respeito à Constituição Federal.

Em 1962, elegeu-se Deputado Federal pelo Estado da Guanabara, obtendo quase 300 mil votos, o que representava perto de um terço da votação estadual, a maior votação proporcional alcançada por um parlamentar até hoje em toda a história brasileira.

Com marcada atuação em favor das Reformas de Base e da profunda reformulação da política econômica e social, constituindo-se num dos maiores líderes nacionais

por esses avanços, é incluído na primeira lista de cassados pelo golpe de 1964. Tenta resistir em Porto Alegre, em nome da Ordem Constitucional, mas é dissuadido diante da posição diversa do Presidente João Goulart. Impossibilitado de permanecer no país, com atuação pública, sendo procurado vivo ou morto, exila-se em maio, no Uruguai.

Brizola permaneceu no exílio por 15 anos, passando pelo Uruguai, Estados Unidos e Europa. Neste último estreitou relações com lideranças como François Mitterrand, Felipe Gonzáles, Carlos Andrés Peres e Mario Soares. No momento de expansão do movimento pela anistia, promove o encontro de trabalhadores no Brasil, com os trabalhadores no exílio, em Lisboa, como objetivo de reorganizar o PTB no Brasil. É de lá que são a carta de Lisboa, a principal peça de constituição daquilo que viria a se chamar Partido Democrático Trabalhista (PDT), depois de roubarem-lhe a velha legenda. Decorridos 15 anos de exílio, ingressa em território nacional pelo aeroporto de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, seguindo para Porto Alegre e São Borja, mas fixa residência na Capital do Rio de Janeiro.

Em novembro de 1981, Leonel Brizola registra no TSE o PDT, o qual permaneceu até o fim de seus dias. Foi eleito Governador do Rio de Janeiro com 34% do eleitorado, realizando inúmeras obras e instituindo um plano educacional inovador, com a introdução dos CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública), com turnos integrais, completando a entrega de mais de 200 unidades.

Participou ativamente da campanha pelas Diretas, sendo que depois de frustrada essa possibilidade, apoiou a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, que foi eleito, mas faleceu antes de assumir o mandato de Presidente da República.

Candidato à Presidente em 1989, pelo voto direto, não obteve êxito no pleito, sendo eleito mais tarde, no ano de 1990, Governador do Rio de Janeiro pela segunda vez com mais de 70% dos votos válidos. Membro efetivo da Internacional Socialista, Leonel de Moura Brizola foi em vida a maior expressão política do trabalhismo nacional, defensor das classes inalienáveis de todos.

Brizola Cidadão Honorário do Paraná, cujo título lhe foi entregue pela Assembléia Legislativa com algumas décadas de atraso, pois antes se via impedido de pisar em solo brasileiro, merece esta homenagem. Pela sua trajetória na vida pública e pela sua ilibada conduta é que devemos prestar esta justa homenagem a este honrado brasileiro, designando a rodovia que liga Pato Branco a Dois Vizinhos, no Sudoeste, região pela qual ele tinha grande apreço e onde deixou milhares de amigos e admiradores, com o nome de "Rodovia Governador Leonel Brizola".

PROJETO DE LEI Nº 296/2004  
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAIB - Associação de Proteção e Infância de Bragantina, com sede e foro na Cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Proteção e Assistência à Infância de Bragantina, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o Município de Assis Chateaubriand, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da Associação.

A respectiva Associação possui como por finalidade precípua a proteção e assistência à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar, primando pelas necessidades e direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 297/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite de São Carlos do Ivaí, com sede no Município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores de Leite de São Carlos do Ivaí, com sede no Município de São Carlos do Ivaí e foro no Município de Paraíso do Norte, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço de integrar e fortalecer a produção de leite no Município de São Carlos do Ivaí, proporcionando o crescimento qualitativo do setor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para relatar, na condição de Presidente da Comissão do Eixo Metropolitano instalada nesta Casa, pois descobriu-se porque a Prefeitura de Curitiba oferece tanta resistência em não querer fornecer os documentos da licitação e da obra do Eixo Metropolitano.

A Comissão notificou à Prefeitura, várias vezes; ela, em primeiro plano, dizendo que não reconhecia a Comissão como competente. Num segundo momento, a Câmara Municipal dos Vereadores de Curitiba ingressou na Justiça com um pedido de liminar para sustar o trabalho da Comissão do Eixo Metropolitano da Assembléia Legislativa. Agora vem à tona que uma empreiteira de São Paulo, a CONSTRUCAP, uma das maiores do País, teria tido o seu direito de participação na concorrência negado pela Prefeitura. Ingressando a empreiteira na Justiça, conseguiu o direito de ver o seu envelope aberto, e, portanto, participando da concorrência.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, que o resultado é 36 milhões de reais a menos do que teria sido apresentado pelas três empreiteiras ganhadoras!

Portanto, dos três trechos, 25% a menos, em torno e 80 milhões o custo da obra, 36 milhões de reais a menos! Falando ontem com a Secretária desta empresa de São Paulo ela nos disse: “O que nós queremos é efetivamente fazer esta obra, porque a empresa julga que está participando da concorrência com vantagem comercial, tendo em vista que o contrato seria vantajoso comercialmente para a empresa”.

Sras. e Srs. Deputados, oito quilômetros de asfalto que liga quase nada a coisa nenhuma em termos de transporte, em termos de mudança de tráfego curitibano custando 36 milhões de reais a mais é algo extremamente grave, sobretudo quando uma Prefeitura está para encerrar o seu período governamental dentro de quatro meses! Quer dizer, nós estamos aplaudindo aqui um projeto de lei que visa o desarmamento da população, no Paraná, quando temos é que desarmar estes administradores destas prerrogativas, porque isso é um verdadeiro assalto ao interesse público, à comunidade curitibana!

Então, quero louvar os Desembargadores Vidal Coelho e Troiano Netto, que concederam a liminar, enfim a Justiça que inviabilizou uma negociata sem precedente. Requeremos ontem dessa empresa de São Paulo, Construcap, a documentação que a Prefeitura não quer nos entregar até agora. Ingressamos na Justiça com mandato de segurança para obtê-la, ou seja, os projetos, o edital de licitação, toda a documentação desta obra.

Espero que a Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba tome as providências imediatamente. E também, que o nosso pedido de mandado de segurança para obter essa documentação seja julgado prontamente, a fim de que a Comissão que presido, do Eixo Metropolitano, possa fazer o seu relatório final.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à Sra. Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não havia subido a esta tribuna na volta do recesso. Cumpro, com muito prazer, o nosso dever, a nossa obrigação.

Hoje recebi uma ligação bem desaforada de alguém que não quis se identificar dizendo que vai ficar de olho em mim, se vou faltar às Sessões Plenárias. Quero dizer que se eu faltar às Sessões Plenárias não será em nenhum momento para usar o tempo em ações que são sejam relativas ao meu mandato. Tenho a ética, a lisura e o compromisso com a seriedade, mas acho que o ofício parlamentar, em alguns momentos, requer a nossa ausência em plenário, para que possamos estar em eventos, ações, atividades que tenham a ver com a nossa função, e não estamos obrigatoriamente colados na cadeira, aqui na Assembléia!

É importante a nossa presença aqui, e faz parte de uma das nossas atividades, num elenco de ações de responsabilidade parlamentar. Não faltarei absolutamente para diletantismos, compras em shoppings ou viagens pessoais; sempre em função do meu mandato. Outras vezes já faltei à Sessão por estar acompanhando o Governador em alguns eventos na nossa cidade, e até aqui em Curitiba, mesmo. Portanto, acho uma cobrança, que não deveria nem falar nada, porque as críticas anônimas não devem ser respeitadas.

E, no segundo momento, uso a tribuna para dizer que na terça-feira, com muito prazer, discutimos na CCJ um projeto de autoria do Tribunal de Justiça, que dispunha sobre o quadro dos servidores do Poder Judiciário. Aprovamos na CCJ; agora vai à Comissão de Finanças e depois vem ao Plenário. Uma justa reivindicação daqueles trabalhadores. Hoje a Mesa acata também um pedido de alteração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Tem aqui duas representantes do Tribunal. Vamos ter muito cuidado e atenção com esse projeto do Tribunal de Contas.

Mas, gostaria de aproveitar a oportunidade de dizer que fiquei muito satisfeita quando vi no jornal a Mesa colocando como principais projetos para esse semestre, o orçamento do Estado, a reforma do Regimento Interno da Assembléia, o veto do Governador Roberto Requião ao projeto do Presidente que amplia os contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgão da administração indireta do Estado. Vamos discutir isso amplamente, mas o quarto item é o Plano de Cargos e Salários dos funcionários da Assembléia Legislativa, uma antiga reivindicação dos servidores. Então, acho que o Presidente faz jus, no momento em que nós todos já estamos há um ano e meio discutindo Planos de Cargos e



Salários de outras categorias, discutindo a situação funcional de outros setores e os nossos funcionários, aqui na Assembléia Legislativa, ainda sem terem o seu Plano de Cargos e Salários discutido e aprovado.

Fico muito feliz, Presidente, e cumprimento toda a Mesa Diretiva desta Casa, que inclui para este semestre, essa discussão. Acho que é uma questão de direito e não vai aqui nenhuma crítica ao Presidente e nem a ninguém, mas apenas uma referência de que é de fundamental importância, porque ficaria estranho nós estarmos aqui há um ano e meio discutindo a situação funcional de vários outras categorias e discutindo com mérito e com justiça, porque sempre foi em cima de direitos reivindicados por funcionários de outras categorias.

Portanto, que os nossos funcionários da Assembléia Legislativa mereçam também a mesma atenção desta Casa, como estarão recebendo, porque a medida, como foi colocado aqui, e já houve manifestação da Mesa em relação a essa preocupação, que, em caráter definitivo o Plano de Cargos e Salários dos nossos servidores, venha para esta Casa, e eu, sinceramente, antes de virar Prefeita de Londrina, gostaria de poder votar esse projeto com os meus colegas em favor desses funcionários que têm servido tão bem à Assembléia Legislativa, com dedicação, com compromisso, com responsabilidade, e tenho certeza que ainda neste semestre haveremos de estar discutindo, conforme colocou o Presidente, a Mesa Diretiva dos trabalhos. Sempre que eu conversei com o Presidente Hermas Brandão, ele manifestou o seu interesse, preocupação e o seu desejo que esse projeto viesse à discussão.

Parece que finalmente isso vai acontecer, e eu faço votos que isso aconteça antes de terminarmos esse semestre de trabalho.

Era isso, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para completar o pronunciamento de V. Exa.

Hoje eu recebi uma delegação de aproximadamente 40 pessoas que fazem parte do Judiciário, membros do SINDIJUS. Estavam me pressionando para que se votasse rapidamente, como se os companheiros do Tribunal de Contas também, as duas mensagens. Eu fui muito claro: vai se votar no início do mês que vem, junto com o Plano de Cargos e Salários dos funcionários da Assembléia também.

Não vou colocar votação exclusiva nem do Sindi-jus e nem do Tribunal de Contas; vão ser votados os três, paralelamente. Eu quero deixar bem claro. Se não resolvemos isso, - nós temos o máximo interesse em resolver, mas recebemos um espólio antigo em termos de aposentados que pesam na Folha de Pagamento da Assembléia que às vezes, não é aquilo que pretendemos fazer, que possamos fazer. Temos na realidade, muitos Procuradores aposentados que estão na nossa folha, e eu tenho, como Presidente deste Poder, a responsabilidade de não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, vai ser votado, com certeza, até o início de setembro, não só o Plano de Cargos e Salários do Sindi-jus, que tem interesses e os funcionários do Tribunal de Contas e os funcionários da Assembléia.

Se não votarmos o da Assembléia, não se vota os demais, certo? Esta é a posição tomada pelo presidente e eu assumo publicamente.

Não tenho medo de tomar posições e defendê-las, como eu defendi hoje perante o SINDIJUS.

Pode ficar tranqüila, nobre Deputada, porque é um compromisso que tenho com a Casa, principalmente porque estou há 22 anos na Casa. Sou o mais velho aqui. Encontro com todos os funcionários desta Casa e tenho o máximo interesse em atendê-los e aqueles que não trabalham, tenham certeza, não vão receber o aumento, não. Não é o aumento. Não vai nem receber o salário no final do mês, porque nós vamos ter o controle agora aqui na Casa, com a conclusão da nossa Central de Estrada, de todos os funcionários que realmente trabalham.

Aqueles que trabalham, vão ser prestigiados; aqueles que não trabalham, no final do mês não vão receber.

Deputado Elton Welter com a palavra.

Tenho a honra de passar a presidência ao nosso Vice-Presidente Augustinho Zucchi, porque eu vou participar da abertura lá, do Encontro dos Parlamentares do MERCOSUL.

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para destacar a pesquisa CNT/*Sensus*, apresentada nesta terça-feira, dia 10, pela Confederação Nacional do Transporte, que mostra o crescimento da avaliação positiva do governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A aprovação do Governo do PT subiu quase 9 pontos percentuais em apenas 45 dias. Passou de 29,4% em junho, para 38,2% agora, em agosto.

A aprovação do desempenho pessoal do Presidente Lula também subiu, passando de 54,1% para 58,1%. Por sua vez, a avaliação negativa caiu de 24,1% para 17,7%.

As áreas pesquisadas que tiveram melhor desempenho foram a Saúde e a Educação. No quesito Saúde, os números sobem de 22,7% em junho de 2004, para 27,6% em agosto deste ano, dos que consideram que a situação da área melhorou. Na Educação, os números foram de 29,1% em junho, para 38,3 em agosto.

A pesquisa foi realizada no período de 3 a 5 de agosto, com 2000 pessoas em 195 municípios brasileiros.

Outro fator importante para o bom resultado da pesquisa, foi a recuperação da economia brasileira, demonstrada por indicadores como vendas no varejo, produção industrial e aumento no consumo das famílias brasileiras. Como consequência, o número de empregos está aumentando em todo o País.

O Brasil retomou o caminho do crescimento econômico. Os indicadores mais recentes não deixam

margem para dúvidas, e o que é mais importante, os bons resultados da indústria, do comércio e da agricultura chegaram aonde mais importa: na geração de empregos e no aumento da renda dos trabalhadores.

Encerrado o primeiro semestre deste ano, o sistema formal de empregos constatou a criação de 1,03 milhão de postos de trabalho no período.

A administração federal olha para a frente e está comprometida com a construção de uma nova forma de administrar a coisa pública e de afirmação do desenvolvimento econômico e social do País. Raras vezes em sua história o Brasil teve uma combinação tão favorável de fatores vitais: a inflação sob controle, as contas públicas em ordem e as contas externas superavitárias. Assegurar e aprofundar essas importantes conquistas nos dará a possibilidade de produzir o desenvolvimento sustentável por uma década inteira e até mais. O PT tem projeto nacional e está colocando o País no rumo certo.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A Bancada do PT estará contactando com lideranças nacionais, com sociólogos, com estudiosos conhecedores da Política Nacional, que entendem profundamente de países emergentes, como o Brasil, para trazer um grande debate para o Paraná, para podermos desmistificar, fazer a crítica, sim, no sentido de apontar os rumos para o País, porque nós temos certeza que a política econômica adotada pelo Governo do Presidente Lula, está acertada. Estamos avançando em vários e vários pontos.

Neste ano tivemos duas notícias maravilhosas, onde, nas negociações com a Organização Mundial do Comércio, conseguimos tirar o superávit do algodão, num primeiro momento. E, num segundo momento, na semana passada, foi quando tivemos ganho de causa na questão do subsídio do açúcar. Isto significa mais divisas para nós, significa mais empregos no País, significa que estamos numa negociação competente, a nível internacional, convencer o setor do comércio internacional de que os subsídios praticados pela União Européia e pelos americanos, são injustos. Nós ganhamos em duas causas: na causa do algodão e também do açúcar.

Então, o País, com estes dados da economia apontando para o crescimento de um PIB podendo chegar até 4% neste ano, é claro que estes sinais não ocorrem desde décadas atrás. Isto é um sinal de que a política está sendo acertada. Os Estados vão ganhar com isto, e os Municípios, por extensão, também ganharão.

A Bancada do PT irá buscar especialistas nas áreas para desmistificar um aparente preconceito de que esta política econômica adotada pelo Presidente Lula está equivocada.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso este espaço do Pequeno Expediente para dizer-lhes que na manhã de hoje a CPI da Reforma Agrária se reuniu e ouvimos o técnico da questão fundiária do Estado do Paraná.

Antigamente tínhamos no Brasil e no Paraná o ITC, que era o Instituto de Terras e Cartografia. Com a extinção desse órgão, as questões agrárias no Estado do Paraná passaram para o Instituto Ambiental do Paraná. Depois voltou para a SEMA.

Agora, legalmente, está com o Instituto Ambiental do Paraná, mas a estrutura administrativa continua na SEMA! E a estrutura que existe é mínima em relação à demanda que se faz na questão fundiária no Estado do Paraná.

Estavam participando dessa Sessão, junto conosco, os Deputados José Maria, Delegado Bradock, que é relator desta CPI; o Deputado Ailton, o Deputado Marcos Isfer e outros integrantes da CPI. Ouvimos atentamente o técnico. E, qual não foi nossa surpresa, quando o Albery, que foi designado pelo Secretário do Meio Ambiente do Governo do Estado, trouxe alguns números para a CPI, das terras, só da região metropolitana que não têm título definitivo ou que não têm sua propriedade registrada junto ao Registro de Imóveis.

Alguns Municípios chamaram a atenção. O Município de Agudos do Sul tem quatrocentas e poucas propriedades rurais registradas, e mais de 900 propriedades de posse. Então, mais da metade das propriedades rurais em Agudos do Sul não têm título definitivo. Não que essas propriedades rurais não tenham o título de posse; o que existiu antigamente quando o Governo deu a titularidade aos seus proprietários, é uma área muito grande, ou seja, cem hectares, trezentos hectares. Essa pessoa que recebeu a titularidade veio a óbito, seus filhos não fizeram o inventário e depois os seus sucessores também não quiseram, já está na quarta e quinta geração e hoje é economicamente inviável regularizar, e mesmo querendo, não se consegue mais. E aí é que vem a questão que o próprio Governo tem que auxiliar e procurar uma saída para a questão.

E a conclusão a que nós chegamos, debatemos na CPI, é que o Governo do Estado deveria ter, dentro da sua estrutura administrativa, um órgão específico que cuidasse da questão fundiária. Vamos continuar levantando exatamente essa questão.

Deputado Luciano Ducci, o senhor que é Deputado da Região Metropolitana, são mais de sete mil propriedades rurais só na Região Metropolitana que não têm título definitivo: têm a posse, só.

Quer dizer, são preocupantes esses números que constatamos hoje, e deve ser encontrada uma saída e uma solução para isso. Mas, de que forma nós vamos fazer isso? Agora, no transcorrer dos trabalhos que a CPI vai continuar exercendo - já pedimos a suspensão dos trabalhos do dia 23 até as eleições, retomamos logo após - vamos continuar apurando isso aí, porque muitas vezes nós nos preocupamos com a questão

agrária, a questão de dar propriedade às pessoas que precisam.

### (É retirado o som)

O Movimento do MST por exemplo, diz que é necessário algo em torno de dez mil propriedades de assentamento, mas nós, no Paraná, diante desses números que são assustadores, devemos chegar a duzentas, trezentas mil propriedades rurais que não têm o seu título definitivo.

Essas centenas de milhares de pessoas precisam regularizar a sua situação. E o que é mais agravante ainda, é quando esse proprietário de terra vai ao Banco para buscar um financiamento e não tem a sua escritura definitiva: fica impossibilitado, porque não tem a sua terra registrada. E alguém já disse: “quem não registra, não é dono”.

Não que essa terra seja devoluta, não que essa terra seja adquirida de uma forma ilícita, não! Mas temos que procurar uma saída, Deputado. E V. Exa., que é da área rural e entende muito bem da agricultura, é preocupante o que a CPI descobre, no transcorrer dos seus trabalhos, e sem sombra de dúvida, temos que encontrar uma solução para isso.

Esse é o registro que gostaria de fazer na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo na tribuna na tarde de hoje, para relatar uma notícia veiculada pelo jornal O Estado de São Paulo, um dos jornais de maior credibilidade do País, datado da última segunda-feira, dia 09/08. E aqui, lamentavelmente, temos dissecado os investimentos do nosso Estado na área de saúde. E o que nos constrange e nos preocupa é que o Paraná possui um dos piores desempenhos entre todos os Estados da Federação Brasileira no que tange aos investimentos no setor da Saúde.

O Paraná não respeita o investimento de 12% do Produto Interno Bruto, ou da sua receita destinada à área da Saúde.

Os Srs. as Sras. Deputadas, devem se recordar que a chamada “Emenda Serra”, uma alusão ao então Ministro da Saúde, estabeleceu que a União deveria aumentar os seus gastos com a saúde na mesma proporção do crescimento nominal do PIB, e os Estados proporcionalmente, nesta mesma situação. Mas infelizmente, vê-se aqui que um Governo que se diz preferencialmente optando pelo pobres, pelas categorias menos favorecidas no nosso Estado, vai contrariamente ao que diz o seu discurso quando se analisa friamente esses dados que eu estou trazendo na Sessão de hoje.

Quer dizer, quase quatro anos depois de promulgada essa mudança constitucional que vinculou os gastos públicos com investimento proporcional na área da Saúde, e já com um ano e meio desse Governo, trabalhando inclusive com orçamento que foi elaborado pelos seus técnicos e enviado a esta Casa de Leis, nós lamentavelmente vemos aqui que o que diz o Governador Roberto Requião é muito bonito, é politicamente correto, tem um apelo popular, mas que na prática não se consubstancia! É, na verdade, um caso seriíssimo, e eu chamo a atenção de todos que estão presentes nesta Casa de Leis no dia de hoje. Vimos recentemente o caos da Saúde, em Paranaguá, em Londrina, também, estamos tendo o colapso do sistema de saúde, só o Hospital Universitário, que é o Hospital-referência e que atende aí mais de oitenta e quatro Municípios, teve fechado o seu posto de saúde nos quatro primeiros meses, seu pronto socorro, eu digo, duzentas e oitenta e cinco vezes. Nós temos três hospitais que atendem os casos de alta e média complexidade em Londrina, todos eles numa situação terrível; a Santa Casa de Misericórdia de Londrina tem um projeto que está parado há mais de onze anos prevendo investimentos na ordem de dezoito milhões de reais para atender uma população de mais de cem Municípios da região não têm condições, porque não há aporte, recursos financeiros por parte do orçamento do Governo do Estado, para continuar fazendo esse atendimento. O Estado repassa apenas cem mil reais por mês para o Hospital Universitário, que é pólo de uma região importante e é referência da nossa Cidade.

Então, lamentavelmente, nos preocupa bastante essa notícia de que o Paraná deixou de investir trezentos e vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e quatro reais na saúde do nosso Estado.

Nós tivemos aqui, no ano passado, embates entre a Bancada de Sustentação e a Oposição, diante de um tema que todos deveriam se unir, independentemente se são Governo ou se são contra o Governo, porque o povo, principalmente o povo humilde que não tem condições de pagar um plano de saúde, deveria ser beneficiado. Infelizmente o Governo do Estado não se sensibilizou, apesar de gastar verdadeiras fortunas com propaganda, apesar de ter empregado a família toda neste Governo, no primeiro, segundo e terceiro escalões, para investir no tratamento à saúde, os investimentos básicos da nossa população. E louvamos o projeto do médico, Deputado Estadual, candidato a Vice-Prefeito na chapa de Beto Richa, Dr. Luciano Ducci juntamente com o Deputado André Vargas. Eles queriam desvincular os investimentos na área da saúde, retirando aqui a SUDERSA, Programa do Leite, Saneamento Básico e o Plano de Saúde dos Servidores, mas, infelizmente, só houve uma promessa que esse projeto entraria no Plano Plurianual. No orçamento, especificamente, não houve nada. Conseguimos aprovar algumas emendas na área da saúde, inclusive orientados pelo Governo do Estado, mas, a

informação que temos é que esses recursos não estão chegando nos Municípios.

Liberamos um milhão de reais para o Instituto do Câncer de Londrina; 500 mil reais para a Santa Casa; 500 mil reais para o Evangélico; 400 mil reais para o Programa da Saúde da Família; 200 mil para o Hospital da Zona Sul e 200 mil para o Hospital da Zona Norte, e esse dinheiro não teria chegado.

É uma denúncia muito séria, desta imprensa que não está anestesiada como está a maioria dos órgãos de comunicação do Estado do Paraná. Uma imprensa séria, um jornal independente como é "O Estado de São Paulo".

Uma denúncia gravíssima, talvez uma das mais profundas análises isentas deste Governo, e estou colaborando com o Governador, quando esteve naquela tribuna há uma semana e disse que queria o comportamento isento, independente, no sentido de condição de rumo e de apontar as falhas existentes neste Governo.

Fica aqui o meu repúdio, a minha revolta e, acima de tudo, a minha solidariedade a este jornal, que teve que vir de São Paulo para trazer essas informações.

Concedo um aparte à Deputada Elza Correia.

#### **A Sra. Elza Correia**

A notícia que tenho, como peemedebista, da Base de Sustentação do Governo e também acompanhando o orçamento, é que quando assumimos o Governo, o orçamento já estava votado, no primeiro ano, V. Exa. muito bem sabe disso. Estamos na metade do segundo ano. E, em relação a isso, houve um aumento substancial. Triplicamos já o que foi investido. Pedi à assessoria para que me desse esses números, mas eles não chegaram.

Como não está aqui o Líder do Governo e o Líder do Partido, sinto-me na obrigação de discordar de V. Exa., a medida que o Governo tem, sim, através da Secretaria de Saúde, demonstrado preocupação com a saúde no Estado do Paraná. Haja vista os investimentos feitos no HU, não são apenas cem mil reais de repasse, foram muito maiores os investimentos em outras áreas específicas do hospital. Nós mesmo, que somos de Londrina, trouxemos várias demandas à Secretaria de Saúde e foram autorizadas, à Santa Casa, ao Evangélico, aos Hospitais Zona Norte e Zona Sul. E outros valores, cuja soma infelizmente não tenho aqui.

Faço esse aparte porque o Governo tem investido sistematicamente na saúde. Só em ambulâncias foram mais de 500. Equipamentos médicos, investimentos para reforma, investimentos em medicamentos, UTIs. Não tenho os números, mas irei tê-los para numa próxima Sessão fazer o contraponto, porque senão fica parecendo que o Governador virou as costas à saúde do Estado e isso não corresponde bem ao que está acontecendo. Pode não ser o ideal, mas o Governo tem demonstrado responsabilidade, não só nesse, mas em outros setores e tem dito sempre que a Educação e a Saúde são as bases do seu Governo.

Então, por isso, agradeço ao aparte, acho que até me alonguei um pouco demais, mas tinha que fazer o contraponto dessa informação.

Obrigado, Deputado Barbosa!

#### **O Sr. Artagão Júnior**

Concede um aparte, Barbosa?

#### **O SR. BARBOSA NETO**

É sempre um prazer conceder um aparte à Deputada Elza Correia. Só me permita discordar, Deputada, porque contra fatos não há argumentos. Essa questão do repasse de cem mil reais/mês é o que o Governo do Estado repassa para um hospital-referência como é o Hospital Universitário de Londrina, inclusive está a denúncia no Jornal de Londrina do último domingo, se não me falha a memória.

Eu relatei aqui todos os investimentos programados dentro do orçamento para este ano na área da saúde na Cidade de Londrina; infelizmente, esses recursos até ontem não tinham chegado e nós sabemos das dificuldades dos hospitais. É só perguntar à população do Estado do Paraná se está satisfeita com o atendimento da saúde que hoje é prestado em nossas cidades de uma maneira geral.

Há duas semanas morreu uma senhora depois de perambular por vários hospitais e postos de saúde na Cidade de Londrina.

O Governador Roberto Requião disse em uma resposta, também publicada na Folha de Londrina, ao Prefeito Nédson Miquelleti, que os recursos do SUS são repassados diretamente pelo Governo Federal, já que o Município tem uma gestão plena, portanto, esquivando-se totalmente da responsabilidade no quesito saúde com a Cidade de Londrina.

Todos nós, Deputados, que somos atuantes, que sabemos das dificuldades que temos...

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado, só para situar, o tempo já se esgotou, mas em respeito aos Deputados que permanecem na Sessão da quarta-feira e já que é um assunto palpitante, se V. Exa. quiser, numa exceção, conceder o aparte ao Deputado Artagão, V. Exa. tem mais dois minutos para concluir.

#### **O SR. BARBOSA NETO**

Só quero fazer essa colocação e já passarei a palavra ao Deputado Artagão.

Quero dizer que há duas semanas eu e o Deputado Ratinho Júnior tivemos que bancar um show para o Hospital Nossa Senhora da Saúde em Santo Antônio da Platina, que estava ameaçado de fechar as portas.

Santo Antônio da Platina que tinha um hospital-referência construído no Governo passado e que por falta de equipamento não estava entrando em vigor! Nós tivemos que tirar do bolso, acabei de pagar agora ao Depu-

tado Ratinho, para fazer a ordem de pagamento para o “Jair Super Cap Show” que foi fazer esse evento. Conseguimos levantar lá quinze mil reais para que o Hospital de Santo Antônio da Platina não fechasse as portas.

Temos que fazer consórcios paralelos, como os provedores desses hospitais, das Santas Casas de Misericórdia. Inclusive é uma pena até, o Deputado Jocelito Canto recentemente era um defensor ardoroso dos investimentos de saúde na sua Cidade de Ponta Grossa, mas parece que agora está com outra posição, mas o que quero dizer é que os provedores, os administradores desses hospitais têm que fazer pizzas, rifas, bingos, para fazer o investimento na área de saúde que é obrigação do Governo do Estado.

Por tudo isso, me recorro de uma frase famosa do grande ex-Prefeito de Londrina, ex-secretário de Estado de Saúde, o qual nós dois tivemos a chance de homenageá-lo e teremos a oportunidade de entregar-lhe aqui um título de Cidadão Honorário do nosso Estado, Dalton Fonseca de Paranguá, que dizia que a saúde do povo é a suprema lei.

Infelizmente, no Governo Roberto Requião isso não acontece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor Presidente, somente como complementação das informações aqui colocadas, quero dizer que o Governo Roberto Requião pegou um orçamento em nível de 4% de investimento na área da saúde e, hoje estamos trabalhando com algo em torno de 11%.

Os recursos não se resumem somente àquilo que está sendo repassado aos hospitais, mas também aos consórcios de saúde. E há um grande programa de alcance na área da saúde, como jamais existiu no Governo do Estado do Paraná.

Infelizmente não tivemos tempo para apartear-lo, mas sem dúvida alguma, na semana que vem, estaremos falando mais detalhadamente sobre todas as ações do Governo no que diz respeito à área da saúde.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças: PL, PSL, PPS, PSB, PTB, PP.

PFL, Deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Olhem só o tamanho do desperdício, Deputado Nelson Justus! Há mais ou menos 30 dias, o Governo do Estado do Paraná veiculou uma campanha publicitária divulgando a afirmativa: “Se o Paraná tivesse exportado soja transgênica, o Brasil teria pago sessenta milhões de dólares em royalties para a Monsanto em 2003”.

Esse outdoor foi espalhado em todos os Municípios do Estado do Paraná.

Com certeza não saiu barato. Pelo menos que os sessenta milhões de dólares, - um desperdício, se levarmos em consideração que esses recursos poderiam ter sido investidos nos programas sociais do Estado do Paraná.

Mas, no entanto, o Governo esquece de revelar que a EMBRAPA, Entidade Brasileira de Pesquisa Agrônômicas, já atua em área de pesquisa com a soja transgênica desde o ano de 1997, e já detém onze espécies de cultivares. Sabe-se ainda que os experimentos conduzidos pela EMBRAPA seguem todas as normas de biossegurança estabelecida, desde a instalação e a condução dos experimentos até o descarte do material obtido.

Também é verdade dizermos que, no início, essa linha de pesquisa foi feita em conjunto com empresa privadas, mas hoje já é possível que produtor brasileiro tenha a oportunidade de usar a tecnologia dos transgênicos sem pagar os royalties. Por isso, o desperdício com tal campanha publicitária.

Além disso, qual o benefício que tal medida provocou para os cofres públicos do Estado do Paraná?

Também já se sabe que existem genomas geneticamente modificados para a cultura do café, do arroz, da batata, entre outros produtos. Será que esses produtos, Deputados, também não poderão ser exportados pelo Estado do Paraná até a Organização Mundial de Saúde? Embora pregue uma avaliação dos alimentos contendo produtos alterados geneticamente e diga que é impossível se pronunciar de maneira geral sobre todos os alimentos transgênicos, afirma que uma coisa é certa e verdadeira: Os produtos geneticamente modificados que estão no mercado externo, como o soja, o milho, a chicória, a batata, passaram com sucesso nas avaliações científicas, sendo improvável que apresente o menor risco à saúde humana.

Esse número, sessenta milhões de dólares, de onde foi tirado? De onde vieram esses números?

Encaminhei um requerimento ao Governo do Estado do Paraná para saber de onde vieram os números que constam nos outdoors pagos com o dinheiro do povo paranaense, espalhados em quase todos os Municípios do Paraná.

E mais, os levantamentos feitos pelo IBGE, mostram claramente que o Estado, no momento que utilizar o produto, a soja transgênica, vai fazer uma economia de 200 milhões de dólares, só na sua produção. Os produtores vão economizar drasticamente nos custos, para que possam produzir a soja.

A verdade é uma: transgênico é o Governo Roberto Requião, que troca os genes de suas promessas e ilude a população do nosso Estado com discursos e ações que até agora não garantiram o crescimento da nossa gente e do nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra a Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria de dizer que faço uso da palavra neste momento para demonstrar, através dos números, que realmente o Governador Roberto Requião tem demonstrado, não através de discursos mas de ações concretas, a sua grande responsabilidade e preocupação com a saúde do Estado do Paraná. Acho que é preciso, às vezes, conferirmos as manchetes de jornais. Com todo respeito que temos, todos nós aqui, de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, verificamos em determinados momentos que nem sempre o que está posto em manchetes em relação a Governos, a pessoas, a setores, a empresas, etc, corresponde ao que de fato acontece.

Neste caso, queria dizer que o discurso do companheiro Barbosa Neto - que nós temos um grande respeito e consideração - cumprindo seu papel de opositor ao Governo, com todo o direito democrático, precisaria levar em consideração os números que temos aqui e que podem ser igualmente conferidos através até de um Pedido de Informações. O Governo aumentou em 62% os investimentos em saúde, em relação a 2003, e esses números constam da prestação de contas do Secretário Cláudio Xavier, Secretário da Saúde, feita à Assembléia Legislativa. Ele é uma pessoa responsável, conseqüente, e não inventaria números para formular relatórios.

Os investimentos do Governo do Estado na área da saúde tiveram um aumento de 62% em 2003, em relação a 2002. Enquanto em 2002 os investimentos do Estado foram de 194,48 milhões, em 2003 passou para 314,31 milhões. Desse total, 61,8 milhões foram acrescentados durante o ano de ações prioritárias com a compra de medicamentos, investimentos em hospitais e no programa de saúde à família.

Com o aumento dos investimentos do Tesouro em saúde, o Orçamento inicial para a área do Paraná, constando com verbas de outras fontes, com outros financiamentos, que pode ser inclusive o Ministério da Saúde através do Sistema Único de Saúde, SUS, passou de 630 milhões para 702 milhões. Além disso, em relação ao fornecimento de medicamentos contínuos, que é o uso de contínuos e básicos, está entre os principais indicadores de aumento dos investimentos em saúde em 2003.

Na assistência básica uma parceria com o consórcio Paraná Saúde garantiu a aquisição e a distribuição de medicamentos a 377 municípios que não estão em gestão plena, ou seja, não recebem recursos diretamente do Ministério da Saúde. Muitos desses municípios tinham deixado de receber essas verbas...

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito-lhe que conclua o vosso pronunciamento.

#### A SRA. ELZA CORREIA

... estavam absolutamente à míngua.

São várias as informações, e eu faço isso na próxima Sessão nossa, porque agora terminou o meu tempo, para mostrar, Deputado Barbosa, que realmente há um investimento paulatino e sistemático na área da saúde para compensar os oito anos de absoluto descaso em que ficou o Paraná, principalmente o interior, em relação à saúde e outras questões. Você me pergunta se está resolvido o problema? Não.

Nós estamos todos os dias enfrentando problemas em relação à saúde, como V. Exa. coloca e eu aqui muitas vezes coloquei, mas não podemos colocar o Governador como irresponsável em relação à saúde à medida que esses relatórios que eu tenho em mãos, que não vai ser possível percorrer sobre todos os temas, sobre todos os valores por falta de tempo, mas V. Exa. certamente já os recebeu.

Então, eu faço isso com um contraponto apenas, para que restabelecamos o que de fato está acontecendo no Estado do Paraná. Nós temos problemas na área de saúde, na área de segurança, na área de habitação, problemas em relação a vários temas, mas não podemos responsabilizar o Governador Roberto Requião, em um ano e meio, pelos danos causados ao Estado, não só nos oito anos, mas durante muito tempo em que, absolutamente, as questões relativas aos interesses foram relegadas a segundo plano.

Então, era apenas para deixar claro que o Governador investiu e tem investido três vezes mais nesse ano e meio, do que investiu o Governador Jaime Lerner nos oito anos de governo, dando demonstração clara, inequívoca, de que realmente V. Exa. tem razão. O Governador Roberto Requião fez uma opção pelos excluídos e pelos mais pobres do Paraná, opção não feita pelo Governo anterior.

#### O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, rapidamente, em trinta segundos, agradeço aqui as explicações da Deputada Elza Correia. E só digo que esta é apenas uma constatação, segundo o Jornal o Estado de São Paulo, e que se o Governo cumprisse apenas a determinação constitucional de investimentos de 12% do orçamento destinado à saúde, esta reportagem nem teria sido publicada.

Muito obrigado!

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu entendi que a Deputada Elza falou pelo PMDB, e vem em seguida o Horário das Lideranças...

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu já havia chamado.

Eu consegui uma deferência especial à Deputada Elza, por ela não ter conseguido o som para solicitar a palavra...

#### O SR. NATÁLIO STICA

E o líder estava esperando e vendo a agonia da Deputada esperando para falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, aí já tinha sido chamada a Liderança da Oposição e a Liderança do Governo. Mas, V. Exa. pode fazer o comunicado, eu lhe concedo o Horário da Liderança.

O SR. NATÁLIO STICA

Só preciso de um minuto para responder ao Deputado Plauto Miró Guimarães, na sua angústia, até para que ele passe um fim de semana mais tranqüilo. E eu estou até atendendo porque o Deputado defende a soja transgênica, ele deve ter visto parte da produção do soja, o que isso representa. E eu tenho aqui dados de que o custo da produção da soja convencional no Rio Grande do Sul é de oito e trinta dólares por saca, e que a soja transgênica, fica 15% mais barato, talvez seja essa a preocupação do Deputado Plauto Miró.

Porém, tenho que dizer que o mesmo relatório me coloca aqui que a produção de soja transgênica no Rio Grande do Sul, exportada pelo Porto de Rio Grande, na safra 2003/2004, foi de seis milhões de toneladas, sendo que desta foram pagos dez dólares por tonelada só de royalties para a Monsanto.

Portanto, 60 milhões de toneladas foram pagos de divisas, de dinheiro brasileiro que acabou indo de royalties para a Monsanto, que saiu, ou do agricultor ou do consumidor, enfim, 60 milhões de dólares. Portanto, o 15% que fica mais barato na produção da soja transgênica, ele perde nos 10 dólares por tonelada quando é exportado, sem considerar ainda o faturamento que a Monsanto teve na venda do Round Up Rider, para a produção da soja transgênica.

Portanto, produzir soja transgênica é ruim para os agricultores, para o povo brasileiro, para o nosso País, para a nossa Nação.

Por isso, o Governo Requião defende a soja convencional, com muita clareza!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 258/2004, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, constante do expediente, encaminhando documentos relativos a alterações no Quadro de Pessoal daquele Tribunal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 1842, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que altera o artigo 1º e o

parágrafo único da Lei nº 11.171/95 e dá outras providências, cujo teor trata da remuneração do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 024/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo a transferência do Município de Fênix da Comarca de Engenheiro Beltrão para a Comarca de Barbosa Ferraz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Barbosa Neto, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o Deputado Neivo Beraldin, para compor como titular a CEI - Comissão Especial de Investigação, para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIP's e ONG's no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Elton Carlos Welter, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o Deputado Pedro Ivo Ilkiv para compor a Comissão Especial de Investigação para investigar OSCIPs e ONGs. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1353, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Waldemar

Allegretti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 045/2004, de 24/05/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 202/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Waldemar Allegretti.

**Fundamentação**

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná. O Partido da autora também já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

**Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 202/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal para a votação. Deputados favoráveis, votarão com a expressão SIM.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Dr. Luciano Ducci**)

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votaram 30 Srs. Deputados. Convido os Deputados Carlos Simões e Duílio Genari, para o escrutínio.

(É procedida a contagem dos votos)

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Dr. Luciano Ducci**)

Sr. Presidente, 30 SIM; nenhum NÃO; e nenhum em BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **aprovado** em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 202/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Quero agradecer a esta Casa, ao Presidente, ao 1º Secretário, ao 2º Secretário, aos Deputados e Deputadas desta Casa que aprovaram por unanimidade o projeto de nossa autoria, concedendo o título de Cidadão Honorário a um historiador, a um ex-Secretário de Justiça do Estado do Paraná, pioneiro na nossa Cidade de Maringá.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do nosso companheiro e Vereador Nelsão, que está aqui presente. Junto, Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes.

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado. (Publicado no DA nº 016/2004, de 22.03.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 070/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, é de autoria da Deputada Cida Borghetti, e objetiva definir diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes, na forma em que especifica.

Procedida a análise da proposição, no que concerne a égide desta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual, estando o projeto de lei em perfeitas condições de seguir seu curso legislativo.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável à proposição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 070/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo definir diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes.

**Fundamentação**

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças entende justa a pretensão da legisladora que pretende estabelecer uma campanha permanente visando ações de uma política preventiva de atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes.

**Conclusão**

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 070/2004.

Sala das Comissões, em 26.05.2004.



(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 070/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo definir diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde Pública chamada a opinar, conclui que o projeto visa proteger a saúde dos portadores de diabetes.

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publicado no DA nº 002/2004, de 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 010/2004

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 010/2004 em análise, foi proposto pelo Exmo. Sr. Deputado Estadual Jocelito Canto, que proíbe resumidamente, a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná.

Proíbe a fabricação e a comercialização de armas de brinquedo em todo o Estado do Paraná, entendendo como arma de brinquedo qualquer artefato cuja aparência possa confundir com arma verdadeira.

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por intenção primordial a diminuição da criminalidade, e como forma de estimular o desarmamento como um todo, bem como de atuar de forma preventiva e na educação infantil voltada para o desarmamento.

É louvável qualquer iniciativa que tenha como intuito caráter tão nobre de obstaculizar o desenvolvimento da criminalidade principalmente em se tratando de assunto que põe em mira o desarmamento bem como a proibição de fabricação e comércio de armas de brinquedo, mesmo diante de controvérsias que possam surgir.

Há de se pormenorizar, contudo, os artigos 1º e 2º, valendo-se acrescentar no artigo 1º no que tange à importação, não deixando nos termos da lei tão somente a fabricação e a comercialização, mas também a venda e a importação, a fim de não deixar margem de dúvidas à real efetividade do que se pretende, bem como, no artigo 2º, mudando-se onde se fala em artefato cuja aparência possa confundir com arma de fogo para réplicas e simulacros a fim de esgotar qualquer possibilidade de questionamentos.

Faz-se necessário ainda acrescentar um parágrafo no mencionado artigo 1º a fim de assegurar a possibilidade de se excetuar da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Ministério do Exército.

**Da Conclusão**

Diante do exposto, apresento parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 010/2004, objeto desta análise, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça. nos termos da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
DURVAL AMARAL - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ  
AO PROJETO DE LEI Nº 010/2004

Os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 010/2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - É vedada a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir.

Parágrafo Único - Excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Ministério do Exército.

Art. 2º - Entende-se por armas de brinquedo qualquer réplica e simulacro de armas de fogo que com esta se possam confundir.”

Sala das Sessões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 010/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 010/2004, em análise, de autoria do Deputado Jocelito Canto, dispõe sobre a proibição da fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná.

Trata-se de proposição que atende ao interesse público, visto que o projeto tem como intenção a prevenção para o desarmamento através da educação infantil, bem como coíbe a possível efetivação de crimes tendo em vista o fácil acesso a esses brinquedos e sua similaridade com as originais.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 010/2004

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 010/2004 em análise, foi proposto pelo Exmo. Sr. Deputado Estadual Jocelito Canto, que proíbe resumidamente, a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná.

Proíbe a fabricação e a comercialização de armas de brinquedo em todo o Estado do Paraná, entendendo como arma de brinquedo qualquer artefato cuja aparência possa confundir-la com arma verdadeira.

**Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por intenção primordial a diminuição da criminalidade, e como forma de estimular o desarmamento como um todo, bem como de atuar de forma preventiva e na educação infantil voltada para o desarmamento.

É louvável qualquer iniciativa que tenha como intuito caráter tão nobre de obstaculizar o desenvolvimento da criminalidade principalmente em se tratando de assunto que põe em mira o desarmamento bem como a proibição de fabricação e comércio de armas de brinquedo, mesmo diante de controvérsias que possam surgir.

Faz-se necessário ressaltar que este Deputado fez uma emenda ao presente projeto, o qual traz comentários sobre as armas destinadas à instrução, adestramento ou coleção de usuário autorizado, bem como acrescentou a questão referente à importação de tais artefatos.

**Da Conclusão**

Diante do exposto, apresento parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 010/2004, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2004, de 03/12/2003.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 723/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Francisco Bühner, tem por objetivo proibir a COPEL de interromper o fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais inadimplentes nos finais de semana e dias feriados e dá outras providências.

Preliminarmente, necessário lembrar que a proibição contida no artigo 1º da proposição, já está contemplada na Lei nº 14.040, de 28.04.2003, conforme redação que segue.

“Art. 1º - Ficam as empresas de concessão de serviços públicos de água e luz proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços, por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia útil anterior a feriado.

Já a taxa de religação para continuidade da prestação do serviço, não representa uma penalidade, como reporta no projeto de lei, e sim é o ressarcimento dos respectivos custos. Penalidade decorrente da inadimplência é aquela correspondente a 2% incidente sobre o serviço, conforme prevista no Código de Defesa do Consumidor.

A proibição de cobrança da referida taxa, por corresponder a um ônus financeiro que se impõe a uma empresa constituída sob a forma de sociedade de economia mista, e que tal presta contas aos acionistas, por força da Lei das SA, além de submeter-se a todo um sistema legal de âmbito nacional que rege as concessionárias de serviços públicos, não poderá ser alcançada através do presente projeto de lei.

Não obstante e considerando o alcance social deste projeto, outros mecanismos visando atingir o objetivo proposto poderão ser submetidos à consideração deste Parlamento, através de emenda substitutiva saneadora que, inclusive, incluirá na vedação pretendida todas as concessionárias do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

Quanto a imposição da realização de campanha de utilidade pública para uma divulgação mais ampla das condições que ensejam a suspensão do fornecimento de energia elétrica, há que se considerar que a COPEL, na condição de ente da administração pública indireta, inclui-se entre aqueles cujas atribuições de ordem administrativas não de ser ditadas por lei de iniciativa do próprio Poder Executivo, em face do que dispõe o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual. Todavia a medida proposta poderá ser objeto de uma Indicação do autor, aprovada por este Parlamento conforme previsão regimental contida no artigo 128, da resolução nº 159/90 - Regimento Interno.

Isto posto esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável ao projeto de lei, todavia, e em

face das considerações feitas, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 723/2003

Art. 1º - É vedada a retirada do relógio ou medidor quando da suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica a consumidor residencial inadimplente.

Parágrafo Único - O procedimento para a suspensão do fornecimento da energia elétrica deverá ocorrer no próprio medidor, vedada sua ocorrência na rede externa, de modo a evitar qualquer constrangimento para o consumidor inadimplente, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8078/97 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 2º - Os custos decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica e da sua posterior religação, serão subsidiados com recursos do Tesouro Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes orçamentários necessários para fazer frente a referida despesa, comunicando à Assembléia Legislativa a providência tomada.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de quaisquer outros valores do consumidor residencial, para efeito de reativação do fornecimento da energia elétrica suspenso em virtude de inadimplência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 723/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner que propõe a proibição para a Companhia Paranaense de Energia - COPEL de interromper o fornecimento de energia aos consumidores residenciais inadimplentes nas sextas, sábados, domingos, feriados e quando os bancos não estiverem funcionando, bem como veda a retirada do relógio/medidor e corte na rede externa, assim como propõe campanhas para

esclarecer as normas de suspensão de serviços, e, finalmente, veda a cobrança de qualquer multa por parte da COPEL, nem taxas de religação, se a interrupção ocorreu por falta de pagamento em prazo inferior a 90 (noventa) dias do vencimento.

Considerando a existência da Lei nº 14.040 que já proíbe o corte do fornecimento de energia nas datas acima mencionadas e com o fundamento de que o impedimento da cobrança de taxas e multas infringiria a Lei das SA, a proposição recebeu um substitutivo geral na Comissão de Constituição e Justiça, de lavra do eminente Deputado Durval Amaral, que mantém apenas a vedação da retirada do relógio/medidor e o corte da energia na rede externa, bem como transfere para o Tesouro Estadual o custo da taxa de religação.

**Voto do Relator e Fundamentação**

Este relator obteve informações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, após solicitação formalizada, onde é informado que a matéria é regulada pela Agência Reguladora do setor, no caso a ANEEL. Quanto à retirada do medidor esclarece a concessionária que isto somente ocorre em caso de auto-religação ou em caso de reincidência em procedimento irregular, como furto de energia ou outra fraude.

Quanto à interrupção de fornecimento de energia a Resolução nº 456/2000 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL dispõe a necessidade de comunicar previamente o consumidor sobre o vencimento da fatura e posterior reaviso, para, somente após isto ocorrer a interrupção do fornecimento da energia.

É preciso deixar muito claro que o medidor é equipamento da COPEL e não do consumidor. Havendo falta de pagamento da conta de luz e não sendo regularizada a pendência em prazo superior a 90 (noventa) dias, é prudente à companhia de fornecimento de energia zelar por seu patrimônio, retirando os seus equipamentos, posto que, não havendo religação da energia nesse prazo, o risco de furto ou destruição do material é enorme. E isto ocorrendo, a restituição, via cobrança do valor equivalente, tornará o prejuízo ainda maior.

Quanto a transferir para o Tesouro do Estado as despesas decorrentes de religação da água por falta de pagamento é um equívoco. Os recursos do Tesouro são para fazer frente às necessidades da população em geral, objetivando justiça social. Mas jamais subsidiar consumidores inadimplentes.

Assim, entendemos por apresentar um outro substitutivo, limitando a proposição a seguinte redação:

“Art. 1º - É vedada a retirada do relógio ou medidor quando da suspensão do serviço de fornecimento de luz a consumidor inadimplente, exceto quando a falta de pagamento for superior a 90 (noventa) dias, ou a qualquer tempo quando houver ocorrido fraude.”

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de quaisquer outros valores do consumidor residencial, para

efeito de reativação do fornecimento de energia suspenso em virtude de inadimplência, senão os custos decorrentes da suspensão e da sua posterior religação.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 723/2003, porém da forma do substitutivo ora apresentado.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

### **SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES AO**

#### **PROJETO DE LEI Nº 723/2003**

“Art. 1º - É vedada a retirada do relógio ou medidor quando da suspensão do serviço de fornecimento de luz a consumidor inadimplente, exceto quando a falta de pagamento for superior a 90 (noventa) dias, ou a qualquer tempo quando houver ocorrido fraude”.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança de quaisquer outros valores do consumidor residencial, para efeito de reativação do fornecimento de energia suspenso em virtude de inadimplência, senão os custos decorrentes da suspensão e da sua posterior religação.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERRERIA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, José Maria Ferreira.

#### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Semana da Defesa e Valorização da Língua Portuguesa, iniciando dia 15 de outubro de cada ano. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lacre higiênico na parte de fora das latas que contém bebidas de toda a espécie, oferecidas ao consumo da população. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que determina o direito da gestante, atendida pelo Sistema Único de Saúde no Paraná, a exames de detecção do HIV na gestação e/ou parto e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que institui no Estado do Paraná o Festival Estadual de Música Gospel, destinado a fomentar a divulgação deste gênero musical. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta Sessão a Emenda aprovada em 2ª Discussão. Vamos votar a emenda. **Aprovada a Emenda.**

#### **ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 040/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre benefícios para doadores de sangue e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 044/2004.

Curitiba, 19 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 016/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 292/2003, por julgá-lo, como está posto, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a concessão de benefícios a doadores de sangue, tais como dispensa em filas de Bancos, tratamento diferenciado na tramitação de processos pela Justiça Estadual, descontos em “casas culturais e

comerciais” e isenção de taxas de inscrição em concursos públicos.

Embora o grande respeito e gratidão de que são indiscutivelmente merecedoras as pessoas que doam sangue, salvando muitas e preciosas vidas, a negativa de sanção ao projeto de lei em referência deverá ser entendida como forma de manifestação desse sentimento. Vetado, também, face pronunciamento da Secretaria de Estado da Saúde que, de maneira clara e concisa, demonstrou ser medida desaconselhável e inexecutável porque estaria criando uma forma indireta de incentivos remuneratórios aos doadores, com isso dificultando os serviços e Hemoterapias e adotando posição desarmoniosa com o artigo 199, parágrafo 4º, da Carta Magna Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 292/2003, encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 011/2004, de 09/03/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 040/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 292/2003, de autoria do nobre Deputado Mauro Moraes, objeto do veto do Governador, dispõe sobre benefícios para doadores de sangue.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DÚLIO GENARI - Relator

#### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 034/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 538/2003, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem braile em hotéis, restaurantes e similares. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 028/2004

Curitiba, 02 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 396/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o dis-

posto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 538/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “ficam obrigados os hotéis, restaurantes, bares e similares a manterem cardápios relacionando os produtos e serviços oferecidos e respectivos preços, através do sistema de linguagem braile, para atender às necessidades dos consumidores portadores de deficiência visual”. Prevê, ainda, que na hipótese de descumprimento de tal determinação, os estabelecimentos públicos ou privados poderão sofrer “revogação de autorização de funcionamento”.

Embora reconhecida como louvável a preocupação no sentido de beneficiar os deficientes visuais, o projeto de lei ora vetado peca por sua demasiada generalidade, circunstância essa que o torna totalmente inexecutável. Se acolhido, tal como está, ensejaria, sem qualquer sombra de dúvida, o cancelamento de altíssimo número de alvarás de funcionamento dos estabelecimentos citados, mormente daqueles do interior do Estado, onde não haveria a mínima condição de atendimento às pretendidas determinações legais.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 538/2003, encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 112/2003, de 10/12/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 034/2004

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, objeto de veto do Governador, dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em linguagem braile em hotéis, restaurantes e similares.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 023/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos

resíduos sólidos do Estado do Paraná, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 008/2004.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 393/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 312/2003, por julgá-lo, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao artigo 10, da lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, a fim de que a instalação e funcionamento de empreendimento de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais fiquem proibidos em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

“Visualizando o espaço geográfico dos Municípios do Estado do Paraná, e considerando a imprecisão técnica como referencial de localização espacial do significado de núcleos populacionais é impossível avaliar os benefícios que o projeto de lei propõe.

Entretanto, se considerarmos que os núcleos populacionais se referem a núcleos populacionais urbanos ou divisões administrativas (distritos rurais, patrimônios e cidades) existiria neste caso, uma referência mais precisa que possibilite um estudo espacial mais exato.

A Constituição de 1988 atribuiu aos Municípios a responsabilidade das divisões administrativas, trazendo como consequência à inexistência no cenário cartográfico do Estado, a devida precisão da localização dos referidos núcleos populacionais ou em melhor conceito núcleos urbanos.

Concluindo:

- Podemos estimar que a distância estabelecida no projeto de lei, “instalação e funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais”, poderia impossibilitar a instalação e futuros empreendimentos para dar a destinação final adequada aos resíduos gerados pelas indústrias instaladas no Estado do Paraná.

Como consequência direta, estas mesmas indústrias teriam inúmeras dificuldades em atender às legislações pertinentes ao tema, podendo vir a causar sérios problemas ambientais e de saúde pública à população paranaense.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 312/2003, encontra-se publicado no DA nº 042/2003, de 02/06/2003).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 023/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da Deputada Elza Correia, objeto de veto do Governador, visa alterar a Lei nº 12.493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos do Estado do Paraná, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 008/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, que cria a Caderneta Escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 320/2003

Curitiba, 12 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 325/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 375/2003, por julgá-lo, contrário ao interesse público, baseado em pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, de que a “criação” da Caderneta Escolar, pela forma pretendida é inviável, face limitações financeiras.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado  
**(O Projeto de Lei nº 375/2003, encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROPOSIÇÃO-VETO Nº 008/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, objeto de veto do Governador, que cria a Caderneta Escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
 MARCOS ISFER - Relator

Sobre os itens 4º, 3º, 2º e 1º há um requerimento do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente solicitando o voto em bloco dos referidos vetos. Está em discussão o Requerimento. Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Só quero um esclarecimento. O item 5º que é do Deputado Natálio Stica.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votamos só a emenda que foi aprovada em 2ª discussão. Ele irá à Redação Final.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Porque vem com Emenda de Plenário, contrário à da CCJ!

Já derrubaram o parecer anterior?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já. Anteriormente já tinha sido aprovado, Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar ao Sr. Deputado Luciano Ducci a chamada dos Srs. Deputados para a votação dos vetos.

Os senhores Deputados que desejarem manter os vetos, votarão com a cédula SIM.

Para a derrubada dos vetos, usarão a cédula NÃO.

**Votação em bloco.**

A Deputada Elza Correia vai ser a Deputada que irá votar em primeiro lugar.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Doutor Luciano Ducci**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação).**

Sr. Presidente, 30 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo os Srs. Deputados Geraldo Cartário e Alexandre Curi, para o escrutínio dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Doutor Luciano Ducci**)

Sr. Presidente, 18 Deputados votaram SIM e 12 votaram NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Estão mantidos os vetos.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1276, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Valdir Rossoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1292, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1293, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1294, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1295, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1321, 1324 a 1338 e 1358 de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1323, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1339, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1320 e 1341, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1342, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1343, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Srs. Deputados Dr. Luciano Ducci, Marcos Isfer, Neivo Beraldin e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1346 e 1348, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1354, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1355 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 723/2003; 010, 070 e 202/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 186, 194, 241 e 243/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Ato da Diretoria Geral:

#### PORTARIA Nº 021/2004-DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 15 da Lei nº 14.275 de 29 de dezembro de 2003,

#### R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003 nas rubricas abaixo:

#### REDUÇÃO DE DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5100	2000	000	4.000.000,00

#### ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1300	2000	000	3.000.000,00
3190 0300	9000	000	1.000.000,00

#### ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
			4.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 26.07.2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Deputado Nereu Moura - 1º Secretário

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Tadeu Veneri, Delegado Bradock, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, Marcos Isfer e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Tadeu Veneri - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n 54/2004 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei n 67/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 88/2004 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 129/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 131/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 07) Projeto de Lei n 138/2004 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 140/2004 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO. O Deputado Marcos Isfer pede a palavra para sugerir envio de ofício à Casa Civil no sentido de procurar um entendimento com relação aos projetos de lei de doações de imóveis e posteriores vetos. O Presidente coloca em votação a sugestão do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 148/2004 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APRO-



VADO; 10) Projeto de Lei nº 153/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 154/2004 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Os Deputados Delegado Bradock e Marcos Isfer solicitam VISTAS - concedida pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 160/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - concedido pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 172/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 206/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 207/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 703/2003 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri, na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 704/2003 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 714/2003 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 07/2004 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 133/2004 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 173/2004 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira, lido pelo Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 178/2004 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 181/2004 de autoria do Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto, na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 185/2004 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 196/2004 de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 201/2004 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 202/2004 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 203/2004 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - concedido pelo Presidente; 30) Projeto de Lei nº 224/2004 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, lido pelo Deputado

Jocelito Canto - APROVADO; 31) Proposição-Veto nº 44/2004 de autoria do Poder Executivo - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 61/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 32) Proposição-Veto nº 46/2004 de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 11/2003, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 33) Proposição-Veto nº 47/2004 de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 625/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 34) Proposição-Veto nº 48/2004 de autoria do Poder Executivo - veta o Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 06/2004 de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 110/2004 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 159/2004 de autoria do Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 213/2004 de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 231/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 238/2004 de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

## Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PAUTA 17/08/2004  
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 44/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que obriga as concessionárias e revendedoras de veículos usados a informarem ao DETRAN sobre a operação de venda de veículos. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 119/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que isenta do pagamento da tarifação de transporte de portadores de doenças renais crônicas e pacientes de hemodiálise nas linhas intermunicipais

administradas pelo DER. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 155/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 163/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que cria sistema de transporte aos alunos das escolas públicas do Paraná para realizarem atividades curriculares e extra-curriculares. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 15.06.2004.**

Projeto de Lei nº 164/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que concede isenção ao pagamento da taxa da cédula de identidade para as pessoas com renda mensal de até 02 salários mínimos. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004. Vistas ao Deputado Delegado Bradock, em 10.08.2004.**

Projeto de Lei nº 168/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que institui a disciplina ambiental no ensino público estadual. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 169/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que obriga supermercados a contratar empacotadores. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 171/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale-Turismo. **Relator: Deputado Elton Carlos Welter, designado em 08.06.2004.**

Projeto de Lei nº 174/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatório no Estado do Paraná a utilização de controladores de velocidade tipo lombadas eletrônicas em substituição aos chamados parciais. **Relator: Deputado Durval Amaral, designado em 08.06.04.**

Projeto de Lei nº 177/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dá denominação ao terminal de transporte coletivo do Cachoeira em Almirante Tamandaré. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 15.06.04.**

Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera a redação da Lei nº 13.411/2001, que criou o Programa Parceiro da Escola. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em**

**15.06.04. Vistas ao Deputado Elton Carlos Welter, em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 180/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que determina que o licenciamento de veículos de propriedade do Governo do Estado (Administração Direta e Indireta) sejam licenciados nas Cidades onde prestarão serviços. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.04.**

Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.04. Vistas ao Deputado Tadeu Veneri, em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situada no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.04.**

Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.04. Vistas ao Deputado Marcos Isfer, em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 193/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para os pagamentos de qualquer tipo de conta, taxa ou tributo no Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.04.**

Projeto de Lei nº 195/2004, de autoria da Bancada do PT, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Ladislau Biernaski. **Relator: Deputado Nelson Justus, designado em 15.06.04.**

Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que obriga a empresa concessionária do serviço de abastecimento de água do Paraná instalar equipamento eliminador de ar. **Relator: Deputado José Maria Ferreira, designado em 15.06.04.**

Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado. **Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 15.06.04.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 246/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257/79, alterada pelas Leis nºs 7.812/83 e 9.174/89 - Taxa de Segurança. **Com Emenda de Plenário. Relator: Deputado Delegado Bradock, designado em 24.06.04. Vistas ao Deputado Elton Carlos Welter, em 10.08.04.**

Proposição-Veto nº 50/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei 17/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao KM 1,5 da PR-449, no Município de Palmas. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 03.08.04.**

Proposição-Veto nº 52/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 207/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão de arrendamento efetuados com órgãos da Administração Indireta do Estado. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 03.08.04.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos do artigo 7º da Lei nº 11.071/95 - cargos de Agente de Aviação. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo, que cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 263/2004, de autoria do Poder Executivo, que revoga os artigos 3º e seu parágrafo único; 4º, 5º e suas alíneas; 6º e seus incisos e 8º, da Lei nº 12.355/98 - COPEL. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 266/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Franke Dijkstra. **Relator: Deputado Duílio Genari, designado em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 288/2004, de autoria do Poder Executivo, que propõe a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 10.08.04.**

Projeto de Lei nº 289/2004, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à APAE do Município de Sabáudia. **Relator: Deputado Antonio Anibelli, designado em 10.08.04.**

Proposição-Veto nº 49/2004, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 456/03 de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/02. **Relator: Deputado Jocelito Canto, designado em 10.08.04.**